

NM

Orientação

Agradecimentos

Este tipo de trabalhos nunca é tarefa de uma pessoa só. Por isso são justificados alguns agradecimentos, àqueles que nos auxiliaram de uma forma ou de outra à sua concretização.

Os meus agradecimentos aos meus companheiros da Direção da escola pelo sentido de solidariedade demonstrado e pelos excelentes contributos para o desenvolvimento deste projeto, aos meus companheiros de mestrado pelo espírito de grupo que foram capazes de construir e que permitiu uma constante troca de opiniões muito enriquecedoras, em particular a Vânia e a todos os outros que colaboraram na realização do estudo efetuado, que reconheço nos meus colegas e amigos Paulo Mota, João Matos e Jorge Tormenta.

Ao Prof. Paulo Delgado pelo apoio constante dado à realização do projeto.

Uma última palavra ao meu Pai pelo trabalho de revisão rigorosa deste texto.

Resumo

A escolha da escola depende de uma multiplicidade de fatores.

Desde logo os aspetos legais que determinam em que condições se pode fazer esta escolha. Depois aspetos ligados às pessoas, sejam eles de natureza académica, profissional ou outros relacionados com a perspetiva de futuro.

De que forma alguns destes aspetos estão envolvidos no processo de escolha é o que este projeto pretende determinar.

Quais são em termos gerais os aspetos que se consideram mais importantes para as escolhas, e em particular o que leva os alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Douro n.º1, a escolher ficar na escola secundária do agrupamento ou sair dela para prosseguir estudos no ensino secundário?

Percebidos esses aspetos, importa iniciar um processo de mudança que leve os alunos a preferirem o agrupamento a outras escolas.

Palavras-chave: Escolha, Escola, Decisão, Oferta educativa

Abstract

The choice of a school is connected to and dependent on many factors.

To start with, legal aspects determine the conditions /constraints of one's choice. Then, all other aspects associated with the people involved, be it academic, professional or others regarding one's future perspective.

In what way some of these aspects are involved in the process of choosing a school is the aim of this project.

Which, generally speaking, are considered the most important aspects regarding one's choice of school, and, particularly, what drives pupils attending Agrupamento de Escolas de Oliveira do Douro nº1 to stay there for their secondary education or to move to another school?

These aspects realised, it is important to start a movement of change to make pupils prefer this school to others.

Key words: Choice, School, Decision, Educational offer

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
1. CAPÍTULO I – O PROJETO	9
1.1. PROBLEMA	9
1.2. A QUESTÃO DE PARTIDA	10
1.3. CONTEXTO	11
1.3.1. CONTEXTO HISTÓRICO	11
1.3.2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO.....	12
1.3.3. A ESOD.....	16
2. CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO E LEGAL	21
2.1. QUADRO LEGAL	21
2.1.1. A LEGISLAÇÃO	21
2.1.2. A ESCOLHA NA ESCOLA PÚBLICA.....	22
2.1.3. A ESCOLHA ENTRE A ESCOLA PÚBLICA E A ESCOLA PRIVADA..	23
2.2. QUADRO TEÓRICO	24
2.2.1. A EVOLUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO	24
2.2.2. ESCOLHA DA ESCOLA – ARGUMENTOS A FAVOR E CONTRA ...	28
3. CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO	37
3.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	37
3.1.1. PÚBLICO-ALVO	39
3.1.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	40
3.1.3. METODOLOGIA SEGUIDA PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO ..	43
3.1.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	45
4. CAPÍTULO IV – PLANO DE AÇÃO	55
4.1. O QUE SE PRETENDE.....	55
BIBLIOGRAFIA.....	63
APÊNDICES	65

INTRODUÇÃO

O fluxo de alunos entre escolas, sejam públicas ou privadas, sempre foi, para nós, motivo de interrogação. O facto de desenvolvermos a nossa atividade profissional, enquanto docente, na Escola Secundária de Oliveira do Douro, desde há cerca de trinta anos tem-nos permitido contactar com uma realidade de perca sistemática de alunos.

Decidimos, por isso, procurar perceber um pouco melhor o que está subjacente a este processo de escolha em geral e particularmente que fatores os alunos e pais ou encarregados de educação dos alunos das escolas do agrupamento a que pertencemos, consideram como importantes nesta questão.

Assim, o trabalho que se apresenta procura numa primeira fase, o capítulo I, identificar o problema, definir uma questão de partida e contextualizar a área territorial abrangida pela escola em diversos aspetos, como o histórico e socioeconómico e a escola em questão.

No capítulo II procuramos fazer o enquadramento da questão da escolha da escola tal como ela é apresentada pela legislação relacionada com a educação e como os autores que estudam esta problemática a interpretam, para que possamos partir de uma base teórica que nos permita abordar, por um lado, a análise a realizar e, por outro, o plano de ação a desenvolver.

O capítulo III apresenta as opções metodológicas definidas, explicando de que forma foi concebido o instrumento de recolha de informação e a forma como e a quem se aplicou esse instrumento. Neste capítulo faz-se também a análise dos dados recolhidos, que são complementados com a apresentação de alguns gráficos considerados como os mais representativos desses dados.

Finalmente, no capítulo IV trata-se do plano de ação a desenvolver no sentido de responder às conclusões a que se chegou a partir da análise feita anteriormente, tentando traçar um caminho a percorrer no curto prazo.

1. CAPÍTULO I – O PROJETO

1.1. PROBLEMA

Na última década tem-se verificado uma diminuição do número de alunos que escolhem a Escola Secundária de Oliveira do Douro (ESOD) para a frequência quer do 3º ciclo do ensino básico quer do ensino secundário, nomeadamente nos cursos do ensino regular.

Esta é uma questão para a qual não se encontra uma resposta imediata e concreta, mas que se reveste de alguma importância uma vez que pode mesmo colocar em causa a existência da escola, até pelo facto de, em termos de oferta formativa de cursos de ensino profissional – a outra oferta da escola - se ter assistido, no último ano, a uma redução do número de cursos e áreas de oferta, por parte da tutela.

Existe portanto um problema:

A ESOD não é escolhida por alguns alunos que habitam na sua área geográfica de influência nem pelos que frequentam as escolas básicas do agrupamento.

Só nas escolas de 2.º e 3.º ciclo que integram o agrupamento – Escola Básica Anes de Cernache (EBAC) e Escola Básica Adriano Correia de Oliveira (EBACO) – frequentaram, no ano letivo 2012/13, o 9.º ano 184 alunos aos quais se acrescentam 66 da ESOD. Ou seja um total de 250 alunos.

Destes, apenas se matricularam, para o ano letivo 2013/14, 90 na ESOD, nas 5 turmas do ensino secundário, entre turmas do ensino regular e turmas de cursos profissionais.

1.2. A QUESTÃO DE PARTIDA

A exposição desenvolvida no ponto anterior leva-nos a formular a seguinte questão:

Por que razão a maioria dos jovens que habitam a área de influência da ESOD e que frequentam as escolas básicas do agrupamento, não a escolhem para o seu percurso escolar no secundário?

De acordo com esta questão pretendemos, então, encontrar as causas que levaram à diminuição do n.º de alunos, de cerca de 1500 em 1994/95 para cerca de 700 no presente ano letivo.

Pretendemos de igual modo determinar o que leva os pais e os alunos a escolherem outras escolas, que não a ESOD, para o prosseguimento dos seus estudos secundários. Para orientar o caminho a seguir definimos objetivos, por um lado para conhecermos um pouco melhor a realidade dos alunos e das escolas, as razões do pais e encarregados de educação que fundamentam as escolhas, e por outro lado para verificarmos em que áreas pode a escola mudar, no sentido de se tornar uma escola que apresente motivos para ser uma hipótese real de escolha.

Assim, temos como objetivos:

- Determinar o que condiciona as escolhas dos pais no que respeita ao estabelecimento de ensino dos seus filhos;
- Identificar quais os fatores que dependem da escola;
- Determinar os pontos fracos que conduzem à saída dos alunos;
- Definir áreas de mudança a partir dos fatores que dependem da escola;
- Desenvolver estratégias para melhorar a imagem da escola;
- Desenvolver estratégias de contato e divulgação dos pontos fortes da escola aos alunos das escolas do agrupamento.

1.3. CONTEXTO

Neste ponto do trabalho e para melhor se poder enquadrar o estudo que pretendemos fazer, procuraremos analisar o contexto da freguesia de implantação da escola sede do agrupamento, nas suas vertentes histórica e socioeconómica, no sentido de melhor percebermos a sua realidade, terminando com uma caracterização da escola sede, a ESOD.

1.3.1. CONTEXTO HISTÓRICO

A freguesia de Oliveira do Douro tem um passado histórico relativamente importante uma vez que a sua localização geográfica a norte entronca com o Rio Douro, tornando-a um local de passagem para quem pretendia deslocar-se para essa zona do País.

As suas principais atividades económicas estavam ligadas à pesca, pela proximidade do rio, e à agricultura.

Recentemente, e estando situada na periferia da cidade de Vila Nova de Gaia e da cidade do Porto, tem sido um dos locais de fixação de pessoas, oriundas de outras partes do país, o que explica o aumento significativo de construção de novos edifícios, que vão progressivamente tomando conta de campos de cultivo, tornando-se portanto numa freguesia cada vez mais urbana.

Do ponto de vista arquitetónico e cultural, a freguesia apresenta um grande conjunto de quintas brasonadas, conventos, capelas e igrejas quase todas originárias do séc. XVIII.

Duas referências importantes são o Observatório Astronómico situado no Monte da Virgem, também ele local de referência da freguesia, e os Arcos do

Sardão, aqueduto que abastecia desde o séc. XVIII a Quinta do Sardão, local onde, na infância, viveu Almeida Garrett.

Quanto a infraestruturas e equipamentos sociais, a freguesia, para além do Centro de Saúde, possui vários equipamentos desportivos, como estádio futebol com pista de atletismo, aberto à população, Centro de alto rendimento para as modalidades de Taekwon-Do e Ténis de Mesa, tudo infraestruturas municipais mas sedeadas na freguesia. Na mesma zona existe um espaço natural de lazer com alguns equipamentos desportivos, também propriedade da autarquia, mas igualmente aberto à população.

O apoio social, nesta freguesia, é prestado quase que exclusivamente pela Junta que possui um gabinete de ação social que pretende dar resposta às necessidades de acompanhamento social a grupos específicos da população como crianças em risco, idosos e desempregados.

1.3.2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

Para o desenvolvimento deste projeto, importa perceber qual o enquadramento social e profissional das freguesias de onde são oriundos os alunos potenciais frequentadores da escola secundária sobre a qual o projeto vai incidir.

Assim, dados socioeconómicos e sociais como população por faixas etárias, setores de atividade profissional a que a maioria dos pais está ligada, índice de desemprego, taxa e nível de escolarização, tipo e condições de habitação são dados de contextualização que poderão auxiliar a "leitura" do tipo de opções tomadas na escolha da escola.

O Agrupamento de escolas de Oliveira do Douro n.º1 inclui todas as escolas públicas das freguesias de Avintes, Oliveira do Douro e Vilar de Andorinho, desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, sendo que este só existe na ESOD.

De acordo com os dados dos Censos 2011 divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), conforme se pode verificar no Quadro 1, a população das três freguesias é de cerca de 52 000 pessoas, sendo a freguesia de Oliveira do Douro, local onde se situa a escola sede do agrupamento, a ESOD, a mais populosa com cerca de 43% do total da população.

	Avintes	Vilar Andorinho	Oliveira Douro
0 / 14	1728	3163	3339
15 / 24	1325	2385	2486
25 / 64	6588	10548	12921
65 +	1856	2059	3637
Total	11497	18155	22383

Quadro 1 - Distribuição etária. INE – Censos 2011.

Da população total estão na faixa etária dos 0 aos 14 anos, 8230 crianças e jovens e 6196 na faixa etária dos 15 aos 25 anos.

De acordo com estes dados, o número de crianças e jovens em idade de escolaridade obrigatória assume uma expressão significativa.

O nível de escolarização dos pais e encarregados de educação, como se pode observar no Quadro 2, não é elevado, uma vez que nas três freguesias se verifica que cerca de um terço da população possui apenas o 1.º ciclo mas é na freguesia de Oliveira do Douro que existe a maior percentagem de licenciados, 12%.

Já a taxa de analfabetismo é maior na freguesia de Avintes rondando os 4%.

	Avintes	Vilar Andorinho	Oliveira do Douro
Pré-escolar	233	400	501
1º ciclo	4274	5439	7312
2º ciclo	1434	2376	2526
3º ciclo	1952	3428	3923
Ens. Sec.	1591	3161	3735
Ens. Pós Sec.	73	144	163
Ens. Sup.	1074	1841	2696
Taxa analf.	4,10 %	3,01%	3,30%

Quadro2 - Taxas de escolarização. INE – Censos 2011.

Os dados de emprego, que se podem observar no Quadro 3, podem também fornecer alguma informação que ajude à compreensão das escolhas que os pais e encarregados de educação fazem.

Os grupos referidos correspondem à Classificação Nacional das Profissões do INE.

	Avintes	Vilar Andorinho	Oliveira Douro
Gr. 1 - Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	258	365	553
Gr. 2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	372	650	1016
Gr. 3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	390	747	961
Gr. 4 - Pessoal Administrativo e Similares	380	722	993
Gr. 5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	887	1892	2369
Gr.6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	24	37	52
Gr. 7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1143	1169	1302
Gr. 8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	355	447	534
Gr. 9 - Trabalhadores Não Qualificados	612	1041	1169
Gr. 0 – Membros das Forças Armadas	25	22	44

Quadro 3 - Distribuição por setores de atividade profissional. INE – Censos 2011.

Walford, citado por Antunes e Sá (2010), refere que, em função do estatuto socioeconómico, ético e cultural, as escolhas dos pais são diferentes e que “as crianças oriundas de um meio (*background*) que não confere grande

importância à educação têm mais probabilidades de ir parar às escolas menos populares”. (p. 112)

Estes autores relacionam as escolhas dos pais e encarregados de educação com a sua condição social e o seu nível de escolaridade.

Lendo os dados do Quadro 3, percebemos que, por um lado, existe “massa humana” para “alimentar” as escolas; por outro lado, que a qualificação académica dos pais e encarregados de educação não é elevada, pelo que a tomada de decisões relativa à escolha da escola, também em função da pouca informação disponível relativamente à oferta educativa das escolas, não assume um carácter de muita importância; daí que os pais optam pela situação mais simples, que passa por escolher a escola mais próxima da residência ou local de trabalho de um dos pais ou encarregados de educação.

Os dados de empregabilidade por setores de atividade profissional confirmam o baixo nível de qualificação académica dos pais e encarregados de educação, já que a grande maioria se situa em áreas de empregabilidade que não exigem níveis académicos elevados, como pessoal dos serviços, vendedores, operários, artífices e trabalhadores não qualificados.

Nogueira (1998) referindo-se a um estudo realizado por Ball, Gerwitz e Bowe (1994), indica que, de facto, a dimensão classe social interfere no tipo de escolha que os pais fazem no que respeita à escola para os seus filhos.

Assim, todas as famílias, independentemente da sua condição social, dão atenção à escolha da escola, mas fazem-no de acordo com perspetivas diferentes, valorizando mais aspetos relacionados com o funcionamento da escola, os das famílias com maior nível cultural, ou valorizando mais aspetos de natureza operacional, como a proximidade da escola ou os transportes, para as famílias com nível cultural mais baixo e ligadas, do ponto de vista profissional, a profissões não qualificadas ou operariado.

1.3.3. A ESOD

A ESOD é uma escola com cerca de 30 anos de existência, neste local, e apenas foi sujeita a intervenções relativamente importantes por duas vezes e só ao nível das coberturas dos pavilhões de aulas. É, portanto, uma escola com algum índice de degradação, seja nos equipamentos, nos edifícios ou no piso exterior.



Foto 1 – Recinto de entrada da ESOD

A escola possui, no entanto, muito espaço exterior, arborizado, equipamentos e áreas de jardinagem, um restaurante pedagógico exclusivo dos cursos de restauração, equipamento de fotografia e multimédia e um conjunto de equipamentos desportivos que possibilitam uma prática diversificada de atividades físicas.

É uma escola com um aspeto físico e estrutural não muito atraente, apesar de ser sujeita a intervenções de pormenor com carácter sistemático, da responsabilidade exclusiva da sua Direção, mas possuidora de equipamentos que, associados à capacidade dos docentes, podem permitir aprendizagens sólidas.

A escola é composta por quatro edifícios:

- Pavilhão central onde estão os serviços administrativos, o gabinete da Direção, uma sala de trabalho para professores, o bar, a cantina e o espaço normalmente designado polivalente. Este edifício inclui ainda sala de

funcionários, sala de professores, sala de atendimento de encarregados de educação, papelaria e reprografia.



Foto 2 – Pavilhão central

- Pavilhão de aulas, designado pavilhão B com salas de aula, salas de informática, laboratórios de biologia e física e química, gabinete de psicologia, gabinete de prevenção da indisciplina; é onde decorre o maior número de atividades letivas dos cursos do ensino regular.
- Pavilhão de aulas, designado por pavilhão A, constituído por salas de aula, biblioteca, auditório e espaço destinado ao centro de formação de professores. Neste pavilhão decorre a maior parte das atividades dos cursos profissionais e uma boa parte das salas estão preparadas para a especificidade do funcionamento destes cursos – restaurante pedagógico, sala de fotografia, sala multimédia.



Foto 3 – Pavilhão A

- Pavilhão gimnodesportivo, onde decorrem, naturalmente, as aulas de educação física, permitindo uma ocupação simultânea por três turmas. O espaço destinado às atividades físicas, dispõe ainda de um campo de relva sintética e um espaço mais pequeno com balizas e tabelas de basquetebol.



Foto 4 – Pavilhão gimnodesportivo

- Existe ainda um espaço ao ar livre onde se desenvolvem atividades de jardinagem, específicas dos cursos de educação e formação de adultos (EFA) e dos cursos vocacionais (CV), com uma estufa e uma área de árvores de fruto.

A rede de transportes que serve a escola não é muito boa, uma vez que uma parte deles, sejam provenientes do centro do centro da cidade sejam da parte norte do concelho, no trajeto percorrido, não passam junto à escola.

O corpo docente da escola é composto maioritariamente por professores do quadro, 69 professores num total de 84. Destes, uma grande parte está já identificada com a escola, uma vez que nela lecionam há vários anos. Este aspeto, por si só, não confere necessariamente qualidade na intervenção, uma vez que pode estar associado a um conjunto de rotinas que não permitam flexibilidade suficiente para adaptação a novos alunos e principalmente a uma nova realidade, que é a do agrupamento, com novos processos, novas regras, outras atitudes.

Um dado que pode vir a ter alguma importância no futuro próximo é o de que alguns desses professores, sendo novos, em idade e na escola, possam trazer novas dinâmicas que se reflitam na melhoria da atividade educativa da

ESOD, enquanto estrutura que possa garantir o prosseguimento dos estudos secundários aos alunos do agrupamento.

A oferta educativa disponível no ensino secundário vai desde os cursos científico-humanísticos do ensino regular, com uma procura mais clara dos de Ciências e Tecnologias, à oferta dos cursos profissionais de Restauração e Multimédia, estes com uma procura mais ou menos estabilizada. Estes cursos, mais o de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, têm sido responsáveis por grande parte da dinamização que tem sido imprimida à ESOD nos últimos anos. Para este ano letivo não foi oferecido o curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, uma vez que não fazia parte do leque de opções disponíveis, no quadro dos cursos profissionais.

Os alunos que frequentam a escola dividem-se claramente em três grupos, o do ensino regular, o do ensino profissional e o dos novos cursos vocacionais que integram alunos que tendo de frequentar obrigatoriamente a escola, o fazem exclusivamente por causa disso, sendo objeto de uma boa parte dos procedimentos disciplinares já realizados.

Entre os alunos do ensino regular e do ensino profissional parece existir uma tendência de aproximação, já o mesmo não acontecendo entre qualquer um destes e os dos cursos vocacionais.

Ao nível do pessoal auxiliar, o quadro dos funcionários da ESOD é um quadro formado maioritariamente por pessoas já com bastante tempo de serviço, alguns próximos da idade da aposentação, e de funcionários sem vínculo ao estado que ocupam lugares deixados vagos por outros entretanto reformados.

Este conjunto de funcionários tem de dar resposta, dentro do seu conteúdo funcional, a atividades que decorrem em quatro edifícios separados fisicamente, tendo muitas vezes que percorrer distâncias relativamente grandes para por exemplo se dirigirem do pavilhão gimnodesportivo ao pavilhão A, aquele que fica no ponto mais alto da escola.

O acréscimo de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) aumenta a necessidade de auxiliares de ação educativa, uma vez que, ao

exigirem um acompanhamento quase personalizado, retiram pessoal seja ao exercício das funções de apoio às atividades escolares, seja a funções de vigilância, apesar de os dados oficiais (a dotação dos auxiliares de ação educativa para as escolas é regulada pela portaria nº 1049-A/2008 e no caso desta escola é explicitada no site da Direção de Serviços da Região Norte da DGEstE), indicarem que a escola possui uma dotação de funcionários superior ao necessário.

A terminar este capítulo parece-nos importante fazer referência à mobilidade dos alunos desta e das escolas do agrupamento, na sua passagem para o 10.º ano.

Assim, da análise feita ao último ano letivo verifica-se que dos cerca de 160 alunos que transitaram para o 10.º ano, 59% procuraram outras escolas.

Destas, salientam-se duas escolas públicas situadas no centro da cidade, dois colégios com contrato de associação, um no centro urbano e outro a sul do concelho e ainda uma escola profissional.

A oferta das escolas públicas é diversa, uma só oferece os cursos do ensino regular, a outra para além dos cursos do ensino regular tem também uma oferta de cursos profissionais. A oferta dos colégios compõe-se de cursos secundários científico-tecnológicos com planos próprios.

Deste conjunto de escolas, duas são procuradas por uma grande maioria dos alunos - cerca de 79% - e situam-se ambas no centro da cidade. Uma é escola pública, a que oferece apenas os cursos do ensino regular e outra um colégio.

2. CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO E LEGAL

2.1. QUADRO LEGAL

A análise do quadro legal permite-nos ter uma visão de qual é o entendimento do poder público relativamente ao processo de escolha da escola. Desta forma ficaremos a saber se a tendência atual é para uma maior abertura no que respeita a este processo ou antes pelo contrário se ela será para uma diminuição das possibilidades de escolha.

2.1.1. A LEGISLAÇÃO

A questão da escolha da escola, no panorama legislativo português, é abordada pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) que faz referências a esta possibilidade ao definir no n.º 3 do art.º 2.º “o princípio da liberdade de aprender e ensinar” garantindo “o direito de criação de escolas particulares e cooperativas”.

Ao indicar que as escolas que se enquadrem “nos princípios gerais, finalidades e objetivos do sistema educativo são consideradas parte integrante da rede escolar” (n.º.1 do art.º 55.º), este diploma abre a possibilidade de entrada destas escolas nas opções de escolha das famílias.

A este facto acresce ainda a referência feita no n.º 2 do art.º 61.º ao apoio financeiro aos “estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efetivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação”.

A questão da liberdade de escolha, de acordo com a legislação, coloca-se, pelo exposto, a dois níveis: no interior do ensino público e entre o ensino público e o ensino privado.

Estas duas possibilidades são reguladas por diplomas diferentes, o Despacho n.º 504B/13 (Desp. 504B/13), documento de publicação anual que regulamenta as matrículas e aponta as possibilidades de mobilidade no ensino público e o Decreto – Lei n.º 152/2013 (DL 152/13), Estatuto de ensino particular e cooperativo de nível não superior, que define as possibilidades de mobilidade entre o ensino público e o privado.

2.1.2. A ESCOLHA NA ESCOLA PÚBLICA

O Desp. 504B/13 que regulamenta as matrículas começa por, no seu preâmbulo, dar eco de um objetivo do governo, que aponta o desenvolvimento progressivo da liberdade de escolha da escola, por parte das famílias.

Importa, portanto, verificar como se concretiza esta possível liberdade de escolha.

O art.º 6.º, aquele que faz mais referências às possibilidades que os encarregados de educação ou alunos quando maiores tem de fazer alguma escolha, apenas refere a possibilidade de indicar até cinco estabelecimentos de ensino por ordem de preferência, mas que de qualquer forma esta escolha depende da existência de vaga. (n.º 11 do Art.º 6.º)

Já o art.º 8.º, no seu n.º 11, refere a obrigação de os estabelecimentos de ensino de facultarem informação, no ato de renovação da matrícula, que auxilie na tomada de “decisões sobre o percurso formativo”, no interior desse estabelecimento de ensino.

Por outro lado, este diploma define um conjunto de prioridades para a realização ou renovação da matrícula no ensino secundário. (Art.º 11.º)

Portanto, “o objetivo do governo de desenvolver progressivamente a liberdade de escolha, por parte das famílias, do projeto educativo e da escola” (Desp. 504B/13), não aparece muito claro no seu articulado, uma vez que poucas referências faz à possibilidade de escolha, embora indique em que condições podem os alunos transferir-se entre escolas públicas.

2.1.3. A ESCOLHA ENTRE A ESCOLA PÚBLICA E A ESCOLA PRIVADA

O DL 152/13 indica, também no seu preâmbulo, que o Estatuto do ensino particular e cooperativo de nível não superior se desenvolve em torno de cinco vetores estruturantes.

Destes salientamos:

- A liberdade de ensino e conseqüente liberdade de criação de escolas particulares, que pretende “aprofundar e concretizar o princípio de integração na rede de oferta pública de educação” para melhor atender às necessidades dos alunos. Para isso cria uma série de apoios concretizados em diferentes tipos de contrato, e que são destinados a apoiar as famílias, a escolarização de alunos com necessidades educativas especiais e de promoção da educação pré – escolar.
- O aperfeiçoamento do modelo de financiamento para os contratos de associação, algo já presente no sistema de ensino e, portanto, já fazendo parte das opções das famílias no que respeita à escolha do estabelecimento de ensino para educação dos seus educandos.
- A clarificação dos “princípios de divulgação da informação, da transparência”, entre outros.

Este diploma reconhece também, no seu art.º 4º a “liberdade de aprender e de ensinar” e o “direito dos pais à escolha” no que respeita “à orientação do processo educativo dos filhos”. Define ainda que o Estado tem o dever de

apoiar financeiramente as famílias auxiliando “a custear as despesas com a educação dos filhos”.

São, nesta perspectiva, competências do Ministério da Educação e Ciência “permitir o acesso das famílias às escolas particulares e cooperativas, através da celebração de contratos e da concessão de apoios financeiros” (alínea i do art.º 6.º) de forma a que o acesso às escolas particulares se faça em condições idênticas às das escolas públicas.

Para além das questões relacionadas com o apoio às famílias através da concessão de apoios, este diploma define também as obrigações dos estabelecimentos particulares que realizem contratos com o estado no sentido de garantir, por um lado, a frequência a todas as crianças nas mesmas condições das escolas públicas assim como a garantia de matrícula a todos os interessados, e acordo com as prioridades definidas no diploma que regulamenta as matrículas.

Podemos então dizer que o quadro normativo existente neste momento, no que ao sistema de ensino diz respeito, e apenas considerando o que nos diplomas relacionados com as matrículas e principalmente no estatuto do ensino particular e cooperativo, abre realmente a possibilidade de passar a existir uma efetiva liberdade de escolha quanto ao estabelecimento de ensino para prosseguimento de estudos.

2.2. QUADRO TEÓRICO

2.2.1. A EVOLUÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO

A história da educação nacional, no que respeita ao ensino organizado, tem uma ligação muito direta à Igreja uma vez que aquilo que podemos considerar

como as primeiras escolas, onde a educação era ministrada, acontecia “junto das igrejas, e nos próprios mosteiros, com o objetivo da formação do clero” (Mendonça, s.a., p. 3), embora fosse sendo alargada lentamente a outros interessados em estudar, principalmente ligados às classes nobres.

Por volta do séc. XVI, a educação começa a alargar-se um pouco a outras classes sociais o que implicaria a criação de novas instituições que dessem resposta a esta nova procura.

É no entanto no séc. XVIII que é criado o Sistema Nacional de Ensino conferindo ao Estado a responsabilidade pelo ensino primário. Este é o primeiro passo na diminuição da influência que a Igreja tinha na educação.

Até meados do séc. XX a educação permanece apenas acessível a alguns, com várias tentativas de definição de uma escolaridade obrigatória que andou entre os quatro e os três anos, sendo em 1964 que se estabeleceu a escolaridade mínima obrigatória de seis anos passando a responsabilidade de garantir esta obrigatoriedade para o Estado.

Por volta desta altura, mais precisamente em 1965 as entidades ligadas ao ensino particular – a Igreja, o Grémio Nacional dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino Particular e Colégios Diocesanos - iniciaram um processo de tentativa de afirmação da liberdade de ensino. Daqui para a frente e por iniciativa da Igreja tenta-se o mais possível a união de todo o ensino particular como forma de exercer pressão sobre o poder público para o reconhecimento do ensino privado em plano de igualdade com o ensino público.

Com o 25 de Abril desenvolveu-se um processo de mudanças no ensino público, com vista a garantir a universalidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino. Assim, poucos anos volvidos, instituiu-se a escolaridade obrigatória para 9 anos, tendo em definitivo terminado a separação entre o ensino técnico e o ensino geral. A educação era considerada “um fator decisivo para o funcionamento da democracia” (Mendonça, s.a, p.24).

Na década de 80, ainda segundo Mendonça, iniciou-se um processo de alteração da política educativa que deixou de ter como fim a contribuição

para “a construção da democracia” (p. 24), para passar a ter “preocupações com a eficácia e com os padrões de qualidade e formação para o trabalho” (p. 25).

Digamos que este é o ponto de viragem de uma perspetiva de fim público da educação para uma perspetiva de ligação desta ao mercado, que a partir deste momento passaria a orientar a conceção de educação em Portugal com as consequências respetivas na elaboração dos programas das diferentes áreas, nas metodologias e nas práticas docentes.

Para Mendonça (s.a), o ambiente e contexto económicos passaram a “determinar as prioridades do conhecimento veiculado pelas escolas” (p. 3), no pressuposto de que estas seriam o local ideal para desencadear a educação e formação necessárias ao incremento da competitividade da economia nacional.

Paralelamente, no âmbito do ensino particular, lutava-se para “consagrar, na lei (e na *praxis*), as liberdades de ensinar e aprender” Cotovio (2009, p. 10) através de propostas de criação de escolas, que se apresentassem como alternativa às escolas públicas, ao nível dos modelos educativos propostos, e se constituíssem como uma opção de escolha, livre, por parte dos pais.

Este paralelismo pedagógico foi sendo construído progressivamente através da aprovação de pequenas medidas tendo culminado na aprovação da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, que Cotovio (2009) considera satisfazer “os adeptos do ensino livre e projeta o ensino privado para níveis legislativos nunca antes alcançados” (p. 13).

A LBSE aprovada em 1986, consagra como já foi referido no ponto anterior, o reconhecimento pelo Estado do “valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos” (n.º 1 do art.º 54.º da LBSE).

Passa a ser preocupação das associações ligadas ao ensino particular demonstrar que a este progressivo reconhecimento da importância do ensino particular no âmbito da liberdade de ensino, deva corresponder uma obrigação de construção de “escolas de qualidade, que ensinem bem, ou seja,

que sejam “sinal” para a comunidade educativa” Cotovio (2009 p. 15).

No ensino público a evolução continua a acontecer no sentido da diminuição da importância que o Estado tem na sua regulação e do maior reconhecimento da importância do mundo empresarial “na definição das normas de qualidade na educação” (Mendonça, s.a., p. 22), para além da procura de uma também cada vez maior participação dos pais na vida da escola.

No entanto este tipo de orientação só nos últimos anos tem de facto acontecido como o provam a entrada, na “gestão” das escolas, dos pais (paralelamente a outros agentes), através da Assembleia de Escola numa primeira fase e do Conselho Geral, posteriormente, e da revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo muito recentemente.

Estes fatores indiciam a tal progressiva “desmobilização” do Estado no que respeita à responsabilidade pela educação.

Numa perspetiva de futuro, a OCDE, face às diversas alterações que a educação tem sofrido, elaborou um conjunto de cenários, no quadro do programa “A escola do futuro”, cujo principal objetivo é promover “utensílios de reflexão” (2001, p.158) em relação à escola do futuro e que sirvam principalmente os poderes políticos no sentido de perspetivarem a educação a longo prazo.

Um deles e relativamente o qual apresentamos as suas principais características, está ligado a processos de reescolarização perspetivando “um reforço considerável da escola” (OCDE, 2001, p.139) e definindo uma tendência contrária à definida anteriormente, da desmobilização cada vez maior do estado em relação à educação.

Neste cenário a escola é reconhecida como um dos obstáculos mais eficazes contra “a fratura social e a crise de valores” (p. 147), pela sua ligação à comunidade e em função de objetivos como a maior importância dada ao reconhecimento da diversidade, da conservação do “papel de transmissão, de legitimação e de validação do saber” (p.148) e no reforço da cidadania.

Outros aspetos característicos da escola típica deste cenário, são a

diversificação dos modos de organização, tornando cada escola diferente das outras, a utilização cada vez maior das TIC nos processos de comunicação envolvendo todos os membros da comunidade, desenvolvendo possibilidades cada vez maiores de trabalho em rede e aspeto que consideramos fundamental, será o apoio que a generalidade da comunidade – incluindo aqueles que por força da sua posição social e capacidade de intervenção são normalmente mais críticos – dará à escola para que esta possa desenvolver o seu papel de intervenção social, estabelecendo - se “laços cada vez mais estreitos entre ela e o seu envolvimento local” (p.149).

Apesar de uma das características destes cenários desenvolvidos pela OCDE é serem desejáveis nada pode garantir que sejam “necessariamente muito prováveis num futuro previsível”, até porque por um lado o conjunto de recursos, que neste caso seriam necessários, podem constituir eles mesmos um obstáculo, também “os problemas ligados à comunidade e ao capital social, suscetíveis de serem resolvidos graças a este cenário” (p.149), podem também tornar-se um obstáculo à sua plena realização.

“Para que esta forma radical de “reescolarização” se concretize, é imperativo ultrapassar estes problemas”(p.149).

2.2.2. ESCOLHA DA ESCOLA – ARGUMENTOS A FAVOR E CONTRA

A questão da escolha da escola pelos pais surge em primeira instância a partir da crítica ao serviço público de educação que resulta das tendências de reforma e reestruturação do Estado que surgiram nas últimas décadas do século passado como consequência também da crise do Estado – Providência.

Estas tendências de reforma, assentam no pressuposto de que o Estado é ineficiente, burocrático e pouco rigoroso na aplicação dos “dinheiros públicos”, apontando no sentido de algumas das suas áreas de intervenção – como a educação por exemplo - serem substituídas pela iniciativa privada. A

justificação aponta para a necessidade de modernização, desburocratização e redução da intervenção do Estado.

A discussão que nos últimos tempos se tem realizado em torno da liberdade de escolha da escola pelos pais é para Barroso (2003a) “um debate ideológico que divide apoiantes e opositores, em função da resposta que dão à pergunta fundamental: a educação é um “bem comum” – público, ou um “bem de consumo” – privado?” (p. 89)

A opção por uma ou outra das questões acima referidas define diferentes formas de regulação da educação e por extensão do sistema educativo.

O sistema público de educação, regulado quase exclusivamente pelo Estado, pretende um ensino acessível a todos e a igualdade de oportunidades, partindo do pressuposto que a educação é um bem comum e, portanto, deve estar à disposição de todos.

Esta interpretação de que a “educação é um bem essencialmente público” Barroso (2008, p.89), traduz-se numa responsabilidade assumida pelo Estado no financiamento e na forma como o sistema de ensino é disponibilizado à população. Significa isto, então, que tudo o que diz respeito à educação é regulado pelo Estado, seja na definição dos currículos, na colocação e contratação de professores ou na definição da forma como é permitido o acesso às escolas.

No nosso país, a escolha da escola no ensino público, que é a que diz respeito a este projeto, é definida pela existência de uma “carta escolar”, que determina que cada criança deve matricular-se na escola da área da sua residência, não havendo opção de escolha, isto no que respeita ao percurso educativo até ao final do 9.º ano. Já na transição para o 10.º ano as possibilidades de escolha são um pouco maiores uma vez que já dependem da existência do curso pretendido. Estão no entanto restringidas às escolas que ofereçam esse curso.

Uma outra interpretação entende que a “educação é um bem essencialmente privado e nesse sentido não se justifica qualquer intervenção do estado” Barroso (2003a, p. 90).

Nesta perspetiva, a oferta educativa é livre e regulada pelo mercado e pelas leis da concorrência. As escolas apresentam livremente a sua oferta educativa e os pais e alunos escolhem em função de pressupostos e interesses individuais.

A educação passa a ser considerada em função da eficácia dos seus resultados, o que é condizente com a ideia de competição ligada ao conceito de mercado, em contraposição aos conceitos de universalidade e igualdade de oportunidades no acesso à educação que constituem a base do serviço público educativo, como já foi referido.

Para Barroso (2003a) existem ainda duas outras opções.

A de que a educação é um bem essencialmente privado que se traduz em ganhos públicos, pelo que deve existir uma participação mínima do Estado, “para permitir o funcionamento de um “quase – mercado” educativo” (p. 90) e a de que “a educação é um bem predominantemente público, que produz benefícios privados” (p. 90) pelo que compete ao Estado garantir “grande parte do financiamento, regulação e prestação do serviço educativo” (p. 90) com a participação das famílias nesse financiamento e eventualmente na definição da oferta educativa.

Este é atualmente o “modelo” seguido em Portugal, onde parece não haver uma tentativa expressa de substituição do serviço público de educação mas, conforme refere Barroso (2003a) “de introduzir ajustamentos ou melhorias no sistema”.

Conforme tem sido apontado, a escolha da escola pelos pais e encarregados de educação é um dos principais instrumentos relacionados com a instituição de um mercado na educação que permita escolhas no interior das escolas públicas ou entre estas e as escolas privadas.

Importa, por isso, desenvolver um pouco esta temática procurando perceber as suas eventuais vantagens e desvantagens para além de algum outro tipo de implicações.

Os argumentos a favor assentam nos seguintes aspetos:

- A liberdade de escolha é um direito parental uma vez que assiste aos pais o direito de orientar a educação dos seus filhos.
- A verificação da ineficiência do sistema público de educação na melhoria da qualidade do ensino e da formação dos jovens.
- A melhoria da qualidade do ensino e dos resultados resultará da introdução de “mecanismos de competitividade e de responsabilidade perante o consumidor próprios do mercado” (Barroso, 2003b, p.902) que se farão sentir com a privatização da oferta educativa.

Argumentos dos opositores à livre escolha:

- Em função de diferentes comportamentos das famílias, que resultam do seu estatuto socioeconómico, esta liberdade de escolha “reforça a estratificação económica, social e étnica entre as escolas, pelo que, em vez de diversificar a oferta, o que este tipo de regulação faz é hierarquizá-la.” (Barroso, 2003a, p.92)
- A instituição da competitividade entre escolas, leva a direção das escolas a centrar a sua atenção e a alocar os seus recursos em mecanismos de promoção e no desenvolvimento de ações de marketing no sentido de captarem alunos, em vez de se centrar na criação de mecanismos de melhoria das aprendizagens dos alunos.
- Esta opção de livre escolha é patrocinada pelos defensores do ensino privado, que defendem uma perspetiva elitista de acesso ao ensino.

Vamos procurar explorar dois destes argumentos, um a favor e um outro contra a livre escolha.

Assim, no que respeita à privatização da oferta educativa, a maioria dos estudos realizados sugere uma melhoria do desempenho dos alunos em função do aumento das possibilidades de escolha. Para WoBmann, citado por Walberg (2010), a partir de um estudo realizado com dados de 39 países, é possível concluir, para todos esses países, que o aumento da despesa com os

alunos não aumenta necessariamente o seu desempenho, não havendo também “uma relação sistemática entre recursos e desempenho ao longo do tempo na maioria dos países” mas que “níveis mais elevados de gestão privada das escolas, porém, estão associados a níveis mais elevados de desempenho acadêmico” (p. 93).

Também Barroso (2003a), referindo-se a diversos estudos realizados nos Estados Unidos sobre as "charter schools" e os "cheques ensino", sugere que estes programas obtêm um "modesto benefício (mas ainda incerto) nos resultados escolares dos alunos afro-americanos por comparação com os resultados obtidos pela mesma categoria de alunos nas escolas públicas convencionais" (p. 99)

De toda a maneira e ainda segundo Barroso (2003a) nenhum destes estudos sugere claramente uma melhoria significativa dos resultados das “charter schools” face aos das escolas convencionais.

Outros dados, que não a melhoria dos resultados acadêmicos, poderiam ser explorados uma vez que os estudos realizados sobre esta questão da escolha da escola abordam outros aspetos como por exemplo a satisfação dos pais perante a opção de escolha, que, como os resultados parecem indicar, aumenta significativamente, sendo que “os níveis de satisfação dos pais abrangidos pelos programas de ”charter schools” e de “cheques ensino” são elevados, indicando que eles estão satisfeitos pelas escolhas que foram tornadas possíveis por estes programas.” (p.100)

Walberg (2010) indica que “os pais de filhos a frequentar escolas com contrato, escolas de cheque escolar e escolas privadas tendem a estar mais satisfeitos com essas escolas do que pais com filhos a frequentar escolas públicas tradicionais. (p. 119)

Concluindo, a privatização da oferta educativa, ainda que de formas diferenciadas, ao estabelecer a concorrência entre as escolas parece constituir um fator positivo no que respeita à melhoria dos resultados acadêmicos e aumento da satisfação dos pais.

Estes dados resultam de estudos internacionais realizados em países da OCDE e em particular nos Estados Unidos e não têm, até ao momento, uma aplicação direta em Portugal. Poderão ou não vir a tê-lo num futuro próximo, em função da aplicação da legislação, o DL 152/13, relacionada com o ensino particular e cooperativo, recentemente publicada e que aponta, como já foi sublinhado, para diferentes possibilidades de apoios às escolas e às famílias no sentido de alargar as opções de escolha da escola.

Outro aspeto que nos parece importante abordar é o do diferente comportamento das famílias, em função do seu estatuto socioeconómico face à liberdade de escolha.

Nogueira (1998) referindo-se a estudos feitos por Ball, Gewirtz & Bowe afirma que “opera, no mercado escolar, um tipo particular de arbitrário cultural que pressupõe a posse de recursos culturais capazes de descodificar os elementos em jogo nesse mercado” (p. 43)

Os autores acima referidos identificam, nesta questão da escolha, três tipos-ideais de pais que resumidamente podemos indicar como:

- O grupo que, formado pelos profissionais liberais e de classe média, mais informados e melhor relacionados valorizam o ato de escolha fazendo escolhas mais criteriosas;
- O grupo formado por pais com profissões mais diversas, como comerciantes, motoristas e outros, também dão importância à escolha mas já não o fazem com tanto critério uma vez que possuem “menor capacidade para discriminar e escolher” (p. 45), em função do reduzido conhecimento que têm do sistema educativo e do seu baixo nível de recursos culturais e mais reduzida rede de relacionamentos;
- O grupo formado pelos pais da classe operária, com um nível de formação académico baixo, que no caso português podemos considerar como tendo concluído o primeiro ou segundo ciclos de formação básica, possuem informação muito reduzida sobre o sistema educativo e que embora desejando uma boa educação para

os seus filhos, orientam as suas escolhas “por uma lógica prática, imposta pelas condições de vida resultantes das necessidades económicas e sociais” (p. 46), privilegiando “critérios materiais de escolha, tais como: distância da residência, facilidades de locomoção e transportes, segurança” (p.46).

Concluem, então, estes autores que a escolha da escola é influenciada pela situação sociocultural das famílias constituindo-se como um fator de “fortalecimento das desigualdades de oportunidades educacionais” (p. 47).

Ballion, também citado por Nogueira (1998), ao referir-se às razões que influenciam as escolhas das famílias face a esta ou aquela escola, define dois grandes tipos de condutas que determinam essas escolhas.

São, por um lado, as condutas mais frequentes nos estratos sociais mais elevados e que apresentam um cunho avaliatório, determinando as escolhas em função de “características educativas e/ou pedagógicas” (p. 52) e do ajustamento que consideram poder existir entre o valor escolar dos seus filhos e a exigência das escolas consideradas como possibilidades de escolha.

Por outro lado, existe um tipo de condutas que o autor designa por “condutas funcionais” e que se centram mais em questões de natureza prática de que são exemplo a proximidade da escola do local de residência e a acessibilidade à rede de transportes, conduta esta “mais frequente entre as famílias das classes populares” (p. 52).

O acesso à informação por parte destes pais é muito reduzido e assenta naquela que os próprios filhos dão.

Parece então claro existir uma espécie de segregação social no acesso à escola, fruto das possibilidades de escolha e dos diferentes critérios que as famílias das diferentes classes sociais utilizam nessa escolha.

Barroso (2003b) corrobora este tipo de posições ao afirmar que existe “já um numero significativo de dados empíricos que mostram existirem nítidos efeitos de estratificação e segregação provocados pela “escolha da escola” pelos pais dos alunos” (p. 903).

Aponta como evidências, por exemplo, o facto de nos Estados Unidos se ter introduzido um conjunto de medidas que mais não pretendem do que regular a atribuição dos “cheques ensino” a famílias desfavorecidas, impedindo simultaneamente as escolas privadas de cobrarem propinas que sejam superiores ao valor do cheque atribuído.

Por outro lado, no interior do ensino público também surgem evidências de mecanismos de segregação no acesso às escolas uma vez que os pais mais bem informados e com uma melhor rede de relacionamentos conseguem ultrapassar os constrangimentos provocados pela obrigatoriedade de frequência das escolas próximas da residência. Neste caso “a segregação decorre da própria natureza da procura” (p. 916).

“Há escolas aparentemente iguais que são desigualmente atrativas, em função de critérios étnicos, religiosos, sociais, de rendimento escolar etc., que só os pais mais informados e mais aguerridos são capazes de descobrir e mobilizar” (p.916).

3. CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

3.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

O estudo que pretendemos levar a cabo procura perceber como se processa a escolha da escola num âmbito bem definido.,

Esta finalidade implica a adoção de procedimentos investigativos, nomeadamente o enquadramento num modelo de abordagem que permita então conhecer de uma forma adequada a realidade em análise.

Como se trata de interpretar uma realidade do âmbito das ciências humanas, teremos de utilizar metodologias qualitativas que Lessard-Hérbert et al. (1994), socorrendo-se do modelo concebido por De Bruyne et al. (1975), define como o conjunto de “aspetos a analisar em torno de quatro polos metodológicos: os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico.” (p. 175)

No polo epistemológico, o “como” do conhecimento, assiste-se a uma discussão que coloca em confronto dois grandes modelos de investigação, no seio das ciências humanas. Um, cuja linha de investigação é interpretativa, e que, ainda de acordo com Lessard-Hérbert et al. (1994), “tem como objetivo a compreensão do significado ou da interpretação dada pelos próprios sujeitos inquiridos aos acontecimentos que lhes dizem respeito” (p.175) e um outro que reduz o objeto da investigação a comportamentos pré-definidos e enquadráveis em categorias, defendendo existir uma relação direta entre um comportamento e o seu significado, permitindo “reconhecer o significado de um comportamento sempre que este se produz” (Erikson, citado por Lessard-Hérbert et al, p. 36).

Passaremos a considerar neste projeto, estes dois grandes modelos de investigação como paradigmas, conceito que na perspetiva de Bogdan e Biklen (1994) pode ser entendido como “um conjunto aberto de asserções,

conceitos ou proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação”, (p. 52), ou seja constituem modelos de referência para a investigação, identificando o primeiro como paradigma interpretativo e o segundo como paradigma positivista ou naturalista.

Neste estudo adotaremos, principalmente, uma linha de investigação qualitativa enquadrada pelo paradigma interpretativo. Este paradigma, que para Guba, (citado por Aires, 2011, p. 18) é como “ um conjunto de crenças que orientam a ação”, salienta a especificidade das ciências sociais em contraponto com as ciências naturais.

De acordo com Fernandes (1991) “o foco da investigação qualitativa é a compreensão mais profunda dos problemas, é investigar o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes e convicções”(p. 3).

Esta abordagem de natureza qualitativa assenta numa perspectiva relativista que considera a existência de múltiplas realidades que são conhecidas, compreendidas, interpretadas de formas diferentes pelos investigadores. É a compreensão e a interpretação da realidade que interessa.

Esta saliência especial dada à interpretação resulta do pressuposto que nenhuma realidade pode ser entendida sem a percepção das circunstâncias que a envolvem.

As realidades são construções dos indivíduos e dos grupos, sendo, por isso, necessário enquadrar a compreensão de cada realidade relativizando-a ao seu contexto.

A investigação qualitativa segundo Bogdan e Biklen (1994), possui cinco características:

(1) A fonte direta de dados é o ambiente natural, sendo o investigador o elemento central da recolha de dados; é ele que recolhe, regista e interpreta os dados recorrendo ao contato direto;

(2) Os dados recolhidos são de natureza descritiva. “Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números” (p. 48);

(3) O interesse da investigação centra-se mais nos processos e menos nos resultados e produtos; importa é compreender o que leva a determinado

resultado e não o resultado em si;

(4) A forma como se analisam os dados é indutiva. Os dados não são recolhidos “com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; (...) as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando” (p. 50);

(5) A compreensão do significado atribuído às experiências dos participantes na investigação é de importância vital. “Ao apreender as perspetivas dos participantes, a investigação qualitativa faz luz sobre a dinâmica interna das situações, dinâmica esta que é frequentemente invisível para o observador exterior” (p. 50-51).

Ainda de acordo com o modelo proposto por De Bruyne, o polo técnico responderá no nosso estudo à relação a estabelecer entre o modelo de investigação escolhido, no caso o paradigma interpretativo, e os dados recolhidos. “É a dimensão em que são recolhidas as informações sobre o mundo real e em que essas informações são convertidas em dados pertinentes face à problemática da investigação”(De Bruyne, citado por Lessard-Hérbert et al. 1994, p. 25)

3.1.1. PÚBLICO-ALVO

Depois de escolhido o caminho a seguir em termos de linha de investigação importa definir a quem se dirige este estudo.

Assim o público-alvo deste estudo será constituído pelos alunos do 9.º e 10.º anos das escolas do agrupamento de escolas de Oliveira do Douro n.º 1 (AEOD1), pelos alunos que tendo frequentado o 9º ano nestas escolas no ano letivo passado, saíram para outras escolas para frequentarem o 10.º ano e respetivos encarregados de educação.

Assim, para efeitos de recolha de dados este público foi dividido em 6 grupos, a saber:

- Encarregados de educação dos alunos do 9.º ano das escolas do agrupamento;
- Alunos do 9.º ano das escolas do agrupamento;
- Encarregados de educação dos alunos do 10.º ano das escolas do agrupamento;
- Alunos do 10.º ano das escolas do agrupamento;
- Encarregados de educação dos alunos do 10.º ano de outras escolas e que no ano anterior tinham frequentado as escolas do agrupamento;
- Alunos do 10.º ano de outras escolas e que no ano anterior tinham frequentado as escolas do agrupamento.

3.1.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Este momento de estudo “é a dimensão em são recolhidas as informações sobre o mundo real e em que essas informações são convertidas em dados pertinentes face à problemática da investigação”(De Bruyne, citado por Lessard-Hérbert et al. 1994, p. 25).

Assim, no que respeita à escolha das técnicas de recolha de informação e para procurarmos responder aos objetivos do trabalho pensamos em utilizar uma técnica que permitisse recolher um elevado número de dados e que ajudasse a encontrar algumas respostas.

A técnica escolhida para recolha de dados será então o inquérito por ser uma técnica que constitui “processo em que se tenta descobrir alguma coisa de forma sistemática” (Carmo, 2008, p. 139).

Ainda segundo este autor “em Ciências Sociais esta expressão é usada de uma forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados suscetíveis de serem comparados” (p.139).

Lessard-Hérbert (1996) refere que “o inquérito é uma maneira indireta de recolher dados sobre a realidade” (p.100), já que o questionamento dos

indivíduos permite que “exprimam percepções ou opiniões sobre acontecimentos” (p. 100).

O inquérito por questionário é um instrumento estandardizado para recolha de dados, através da formulação de questões ordenadas, que têm de ser respondidas pelos participantes num determinado estudo.

Gil (1999) define questionário “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (p. 128)

No entanto, o questionário, tal como outras técnicas de recolha de dados, apresenta vantagens e desvantagens.

Para Carmo (2008), as vantagens são a sistematização, a simplicidade na análise, a rapidez na recolha e análise de dados, a que Quivy e Campenhoudt (1992) acrescentam “a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados” e “a exigência, por vezes essencial, de representatividade” (p. 191) dos inquiridos.

As desvantagens assentam principalmente “nas dificuldades de conceção, na elevada taxa de não respostas” (Carmo, 2008, p. 164) e “no carácter relativamente frágil da credibilidade” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 192) que o questionário pode ter.

Esta técnica, embora seja preferencialmente utilizada na investigação quantitativa, será utilizada neste estudo uma vez que pretendemos, através da colocação de um conjunto de questões, perceber quais são as principais razões que levam os pais a tomar a decisão de escolher uma determinada escola face a outras.

Desta forma adaptamos um modelo de questionário utilizado num estudo anterior, da autoria de Elsa Carneiro (2006).

Assim, partindo desse, foram elaborados quatro questionários, dois para três grupos de alunos, e que estão identificados nos apêndices 3 e 5 e dois para três grupos de pais e encarregados de educação, identificados nos apêndices 2 e 4.

O primeiro grupo de alunos será formado por alunos de 9.º ano do agrupamento, o segundo por alunos do 10.º ano que se matricularam na escola secundária do agrupamento e o terceiro formado pelos alunos que saíram para outras escolas. A estes dois últimos grupos será aplicado o mesmo inquérito que inclui uma questão final só para os alunos que escolheram outras escolas.

Os grupos de pais e encarregados de educação serão os correspondentes aos grupos de alunos, mantendo-se o mesmo inquérito para os pais dos alunos do 10.º ano.

Como foi referido, a elaboração destes questionários partiu de um modelo já existente e foi adaptado para as que questões apresentadas pudessem responder aos objetivos deste projeto de acordo com a grelha que abaixo se apresenta:

Objetivos do projeto	Tipo de questões
1. Determinar o que condiciona as escolhas dos pais no que respeita ao estabelecimento de ensino dos seus filhos;	Que tipo de curso pretendem que o seu educando frequente no 10.º ano Que razões o/a levaram a escolher determinada escola. Que fatores privilegiam na escolha da escola.
2. Identificar quais os fatores que dependem da escola 3. Determinar os pontos fracos que conduzem à saída dos alunos	Motivos que levaram à saída para outras escolas?

Quadro 4 – Relação objetivos - tipo de questões

3.1.3. METODOLOGIA SEGUIDA PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O processo seguido para a recolha de informação e de dados relativos ao estudo passou por várias fases que se iniciaram com a definição clara do público-alvo.

Definido este, importava selecionar as turmas que do AEOD1 seriam escolhidas e, dos cinco estabelecimentos de ensino para onde se transferiram alunos do agrupamento, selecionar algumas delas, com vista a poder proceder à recolha de dados no pouco tempo disponível.

Assim, foram escolhidas aleatoriamente três turmas de 9.º ano, uma de cada escola do agrupamento, uma turma dos cursos científicos tecnológicos e uma turma dos cursos profissionais existentes na ESOD, e definidas duas escolas externas onde recolher dados. Foram elas a Escola Secundária Almeida Garrett (ESAG) e o Colégio de Gaia (CG), já que eram as que tinham sido preferidas pelo maior número de alunos oriundos das escolas do AEOD1, no caso, 40 alunos da ESAG e 36 alunos do CG.

Em seguida foram elaboradas listas dos alunos transferidos para as outras escolas, a partir dos dados fornecidos pelos serviços administrativos do agrupamento.

Foram então elaborados os inquéritos a partir de um modelo existente, como já foi indicado, com o cuidado de elaborar questões que estivessem de acordo com os objetivos definidos e que incidiam sobre a escola frequentada no 9.º ano, a escola escolhida para frequentar o 10.º ano, quem tomou a decisão de escolha e um conjunto de critérios a ordenar por ordem de importância, através dos quais se pretende saber que fatores têm mais importância quando se tem de tomar a decisão de escolha da escola. Finalmente, e destinado aos alunos que não escolheram a escola secundária do agrupamento e respetivos encarregados de educação, uma questão aberta para que pudessem indicar quais as razões que os levaram a não escolher a ESOD.

A partir das listas que foram elaboradas, as duas escolas escolhidas foram contactadas no sentido de permitirem a aplicação dos inquéritos, através de uma carta entregue na Direção de cada uma delas e que consta do apêndice 1.

Assim, no início do mês de fevereiro, foram solicitadas no sentido de confirmarem a matrícula dos alunos indicados, em que turma estavam inscritos e qual o horário semanal de cada uma delas. Num dos casos a resposta foi quase imediata o que permitiu num prazo curto programar as visitas, para preenchimento dos questionários pelos alunos, aquando de cada visita, e entrega de questionários dirigidos aos encarregados de educação, em envelope, para serem posteriormente devolvidos e entregues a uma pessoa da escola e num determinado local para serem recolhidos.

A outra escola demorou bastante mais tempo a identificar os alunos e as turmas respetivas, o que atrasou um pouco todo o processo subsequente de análise e interpretação de dados.

O processo de preenchimento dos questionários pelos alunos, realizado na maioria dos casos no início das aulas seleccionadas e feito na presença do autor do trabalho, obedeceu a um conjunto de procedimentos que a seguir se descrevem.

1. Identificação dos alunos que deveriam preencher o questionário
2. Identificação do autor do questionário
3. Identificação do tema e objetivos da recolha de informação
4. Descrição sumária das questões
5. Instruções quanto ao preenchimento

Em seguida, os questionários eram distribuídos e preenchidos, demorando o seu preenchimento cerca de 5 minutos, estando o autor disponível para o esclarecimento de alguma dúvida que pudesse surgir. As dúvidas que durante o preenchimento surgiram, foram mínimas e prenderam-se apenas com a identificação das iniciais das escolas.

3.1.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A aplicação dos questionários vai permitir a recolha de um conjunto relativamente importante de dados relacionados com as opções que os encarregados de educação e os seus educandos fizeram.

Conforme refere Quivy et al. (1992) “o objetivo da investigação é responder à pergunta de partida” (p.211).

Torna-se portanto necessário, para a obtenção de respostas que permitam a elaboração de um plano de ação futuro com vista às respostas a dar à questão colocada no início, perceber esse conjunto de dados.

O primeiro passo será a sua análise.

“A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (Gil, 1999, p. 168).

O processo de análise dos dados recolhidos implica necessariamente a sua organização no sentido de facilitar a sua posterior interpretação.

Léssard - Hérbert (1996) referindo-se a um modelo de análise proposto por Miles e Huberman (1984) indica que este processo de análise de dados deve seguir três passos “a redução de dados, a sua apresentação e a interpretação/verificação das conclusões” (p. 107).

Como se verifica, a organização dos dados facilita a sua posterior interpretação que, de acordo com Gil (1999), “tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas” (p. 168).

Estabelece-se então uma relação direta entre análise e interpretação.

No caso do nosso estudo, teremos então de encontrar uma forma de organização dos dados que permita a sua interpretação no sentido de determinar as razões que levam, por um lado, os encarregados de educação e os seus educandos a escolher uma determinada escola e por outro lado quais os motivos que levam os alunos das escolas do AEOD1 a escolher outras escolas que não a ESOD, para prosseguimento dos estudos no ciclo secundário de ensino.

Dos questionários entregues obtivemos a seguinte amostra:

	Entregues	Recolhidos
Alunos 9.º	70	70
EE alunos 9.º	70	54
Alunos 10.º		
Turma 1	19	19
Turma 2	18	18
EE alunos ESOD	37	24
Alunos 10.º		
ESAG	36	36
CG	29	29
EE alunos ESAG	36	20
EE alunos CG	29	21

Quadro 5- Amostra

No caso dos alunos, os questionários recolhidos correspondem aos que foram entregues uma vez que, como já foi referido, foram entregues e preenchidos na presença do autor do estudo.

Já no que respeita aos encarregados de educação, os questionários foram entregues aos alunos em envelope para que estes os fizessem chegar aos respetivos encarregados de educação, não existindo, portanto, um controlo quer da entrega ao destinatário, quer do seu preenchimento e respetiva devolução.

Em seguida, os dados foram lançados em Excel, por grupos, ou seja pais 9.º ano, alunos 9.º ano, pais 10.º ano e alunos 10.º ano. Posteriormente foram feitos quadros-resumo dos motivos apresentados na questão aberta e que são apresentados no apêndice 6 e, finalmente quadros-resumo dos fatores de escolha que no preenchimento dos questionários eram ordenados por grau de importância e que são apresentados no apêndice 7.

Para analisarmos os resultados, num primeiro momento foi feita uma análise estatística simples relativa aos fatores gerais que têm maior importância no processo de decisão de escolha da escola e num segundo momento uma análise de conteúdo das respostas dadas à questão aberta do questionário e que se destina a determinar os motivos que são apresentados para a não escolha da escola secundária do AEOD1.

Neste caso, depois de elencadas todas as respostas, procuramos agrupá-las em categorias, reunindo aquelas que na nossa perspectiva tinham um sentido semelhante e com o objetivo de reduzir os dados a analisar.

Neste processo, as categorias criadas são as mesmas para todas as situações, embora, no caso dos alunos das turmas do 10.º ano da ESOD e respetivos encarregados de educação, os motivos que integram as categorias não sejam exatamente os mesmos que os incluídos nos outros grupos uma vez que a estes não foi colocada a questão aberta. Aqui, aproveitamos os dados resultantes da análise do quadro em que eram identificados os diferentes fatores por ordem de importância e agrupamos as respostas mais valorizadas nas mesmas categorias criadas para os outros grupos.

Analisando os fatores que foram ordenados por ordem de importância, e no que respeita aos alunos do 9.º ano, verificamos que os fatores qualidade de ensino e ambiente são considerados importantes ou muito importantes pela generalidade dos alunos das escolas do agrupamento, conforme se verifica no quadro seguinte, apesar de o fator qualidade de ensino ser menos vezes indicado pelos alunos da Escola Básica Anes de Cernache (EBAC) e o fator ambiente também ser menos vezes indicado pelos alunos da Escola Básica Adriano Correia de Oliveira (EBACO).

No caso da EBAC, esta situação pode resultar da menor dimensão da amostra de alunos que responderam ao questionário.

	Instalações		Qualidade de Ensino		Docentes		Ambiente		Segurança		Apoio aos alunos		Ambiente Exterior	
EBACO	14	61%	23	100%	19	83%	20	87%	18	78%	17	74%	18	78%
ESOD	27	96%	28	100%	25	90%	27	100%	26	93%	25	89%	27	96%
EBAC	15	88%	15	88%	11	64%	17	100%	16	94%	11	65%	15	88%
AEOD1	56	82%	66	97%	55	81%	64	96%	60	88%	53	78%	56	82%
Total														
AEOD1	68		68		68		67		68		68		68	

Quadro 6 – Fatores importantes ou muito importantes para os alunos

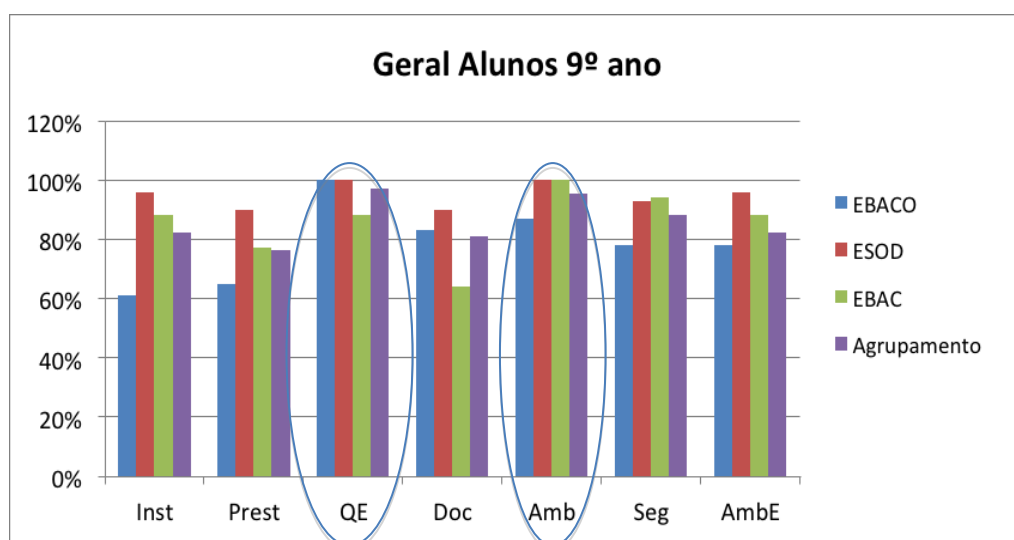


Gráfico 1 – Principais fatores indicados pelos alunos do 9.º ano das escolas do Agrupamento

Para os pais e encarregados de educação a importância dada aos fatores de escolha não é coincidente com as dos seus filhos ou educandos.

O ambiente, a segurança, o apoio aos alunos e o ambiente externo são os mais valorizados, verificando-se aqui uma maior valorização de fatores não diretamente ligados às questões do ensino, excetuando o apoio aos alunos.

De qualquer forma, se analisarmos os dados escola a escola, a conclusão anterior já não se aplica de forma idêntica às 3 escolas.

Assim, fatores como segurança e o apoio aos alunos são menos valorizados na ESOD que nas outras 2 escolas do agrupamento.

	Oferta Formativa		Direção		Qualidade de Ensino		Docentes		Ambiente		Segurança		Apoio		Ambiente Externo	
EBACO	17	89%	17	90%	18	95%	18	95%	18	95%	18	100%	18	95%	18	95%
ESOD	17	85%	14	74%	15	79%	14	74%	18	95%	17	89%	16	84%	18	95%
EBAC	13	93%	12	92%	12	92%	12	100%	14	100%	13	92%	13	100%	14	100%
AEOD1	47	89%	43	84%	45	88%	44	88%	50	96%	48	94%	47	92%	50	96%
Total	53		51		51		50		52		51		51		52	

Quadro 7 - Fatores importantes ou muito importantes para os pais

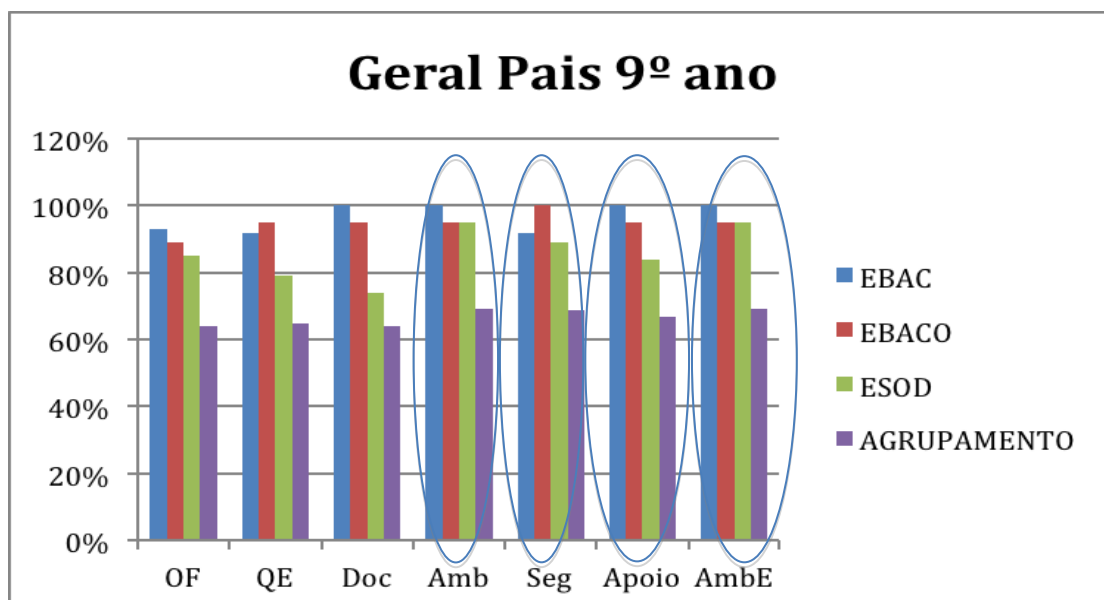


Gráfico 2 – Principais fatores indicados pelos pais dos alunos do 9º ano

Da análise realizada às respostas dadas pelos alunos de 10.º ano, ressaltam os seguintes aspetos, conforme podemos verificar no gráfico abaixo apresentado:

Os fatores Ambiente, Qualidade de ensino, Qualidade dos professores e Ambiente externo são os que mais vezes são referidos como importantes para o processo de escolha, embora sejam diferentemente valorizados conforme a escola considerada.

Os alunos do CG valorizam mais o fator Ambiente, seguidos de Ambiente externo

Para os alunos da ESAG o fator Ambiente também é o mais valorizado.

Já para os alunos da ESOD a Qualidade de ensino e a Qualidade dos Professores são os mais considerados.

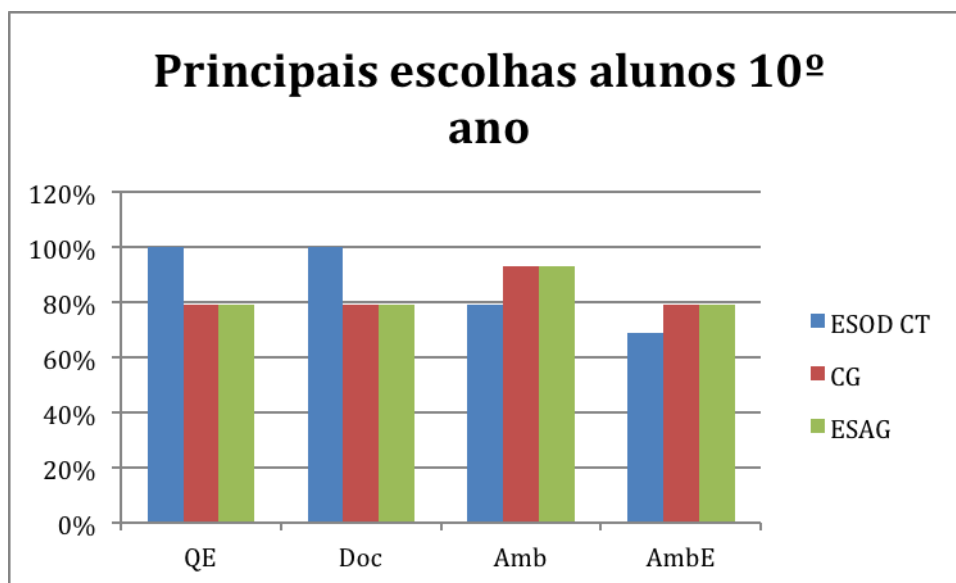


Gráfico 3 – Principais fatores indicados pelos alunos 10º ano

Se considerarmos só os alunos que saíram, verificamos que os fatores mais valorizados são o ambiente e a oferta formativa.

A apresentação destes dados permite-nos falar de algum equilíbrio nos fatores que estão presentes no processo de escolha da escola já que aqueles

que podemos considerar como pedagógicos (a qualidade do ensino e dos professores) são valorizados num mesmo plano com fatores que estão relacionados com o bem-estar dos alunos (o ambiente interno e o externo).

Quanto às respostas dos pais e encarregados de educação, pelos dados recolhidos, pudemos verificar que quanto à ESOD a maior valorização recai sobre a oferta formativa, a qualidade de ensino e a segurança ao mesmo nível.

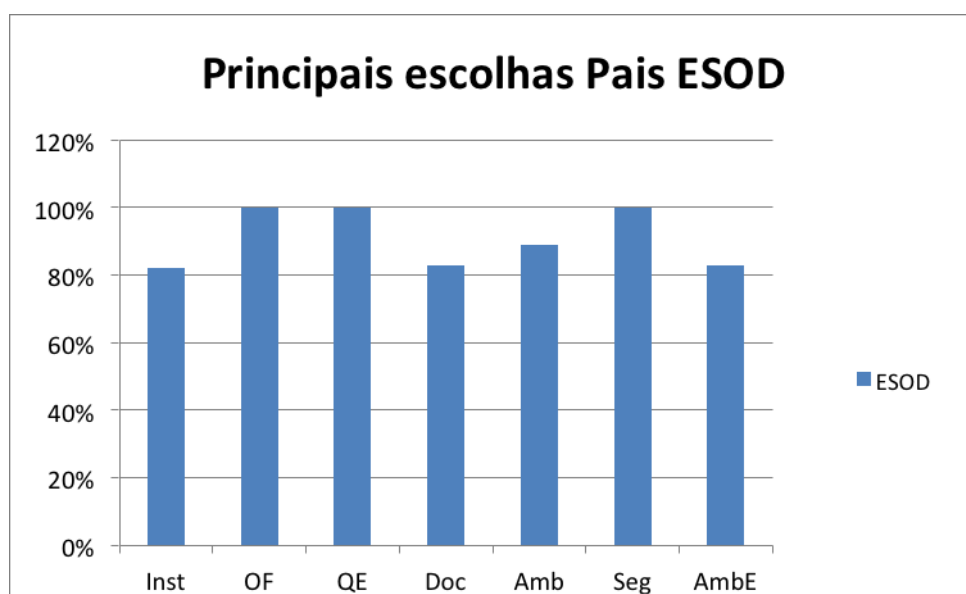


Gráfico 4 – Principais fatores indicados pelos pais dos alunos da ESOD

Associando as escolhas dos pais dos alunos que não continuaram na escola secundária do AEOD1, é nos fatores prestígio, qualidade de ensino, ambiente e segurança que se verifica alguma convergência, como se pode verificar no gráfico apresentado.

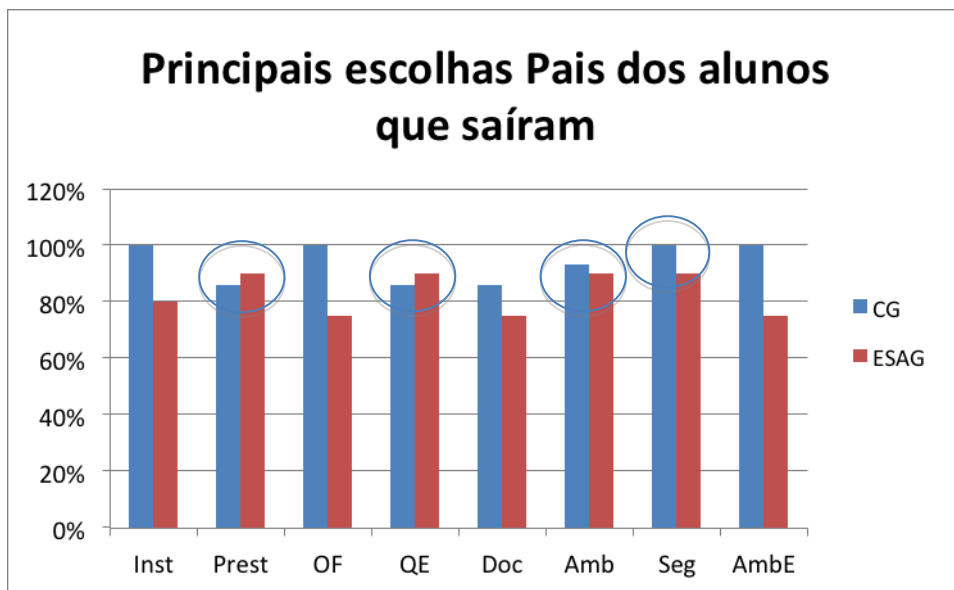


Gráfico 5 – Principais fatores indicados pelos pais dos alunos que saíram da ESOD

No que respeita à questão aberta, depois de criadas as categorias, determinámos o n.º de ocorrências de cada uma delas no sentido de verificarmos qual ou quais aquelas que se salientavam.

Agrupámos os pais e os alunos, por um lado para verificarmos se existe alguma convergência nos motivos indicados para a escolha e por outro para compararmos os dados entre as escolas.

Assim pudemos verificar em primeiro lugar que os fatores mais valorizados pelos alunos são também aqueles que os pais ou encarregados de educação mais valorizam, embora em termos absolutos possa haver alguma diferença nos valores percentuais, o que está de acordo com as respostas à questão sobre quem tomava a decisão de escolha e que em larga maioria recaiu sobre a escolha partilhada entre pais e filhos.

	Alunos 9º ano		Pais 9º ano		Alunos 10º ano		Pais 10º ano	
Filho	15	22%	4	7%	36	35%	9	14%
Pais	0	0%	3	6%	3	3%	1	2%
Ambos	54	78%	47	87%	63	62%	55	85%
Total	69		54		102		65	

Quadro 8 - Quem toma a decisão de escolha

O outro aspeto que merece realce é o facto de os fatores mais valorizados o serem em plano de igualdade nas 3 escolas. Referimo-nos aos fatores qualidade de ensino e prestígio, por esta ordem para a ESOD e CG e para a ESAG com o fator prestígio como o mais valorizado.

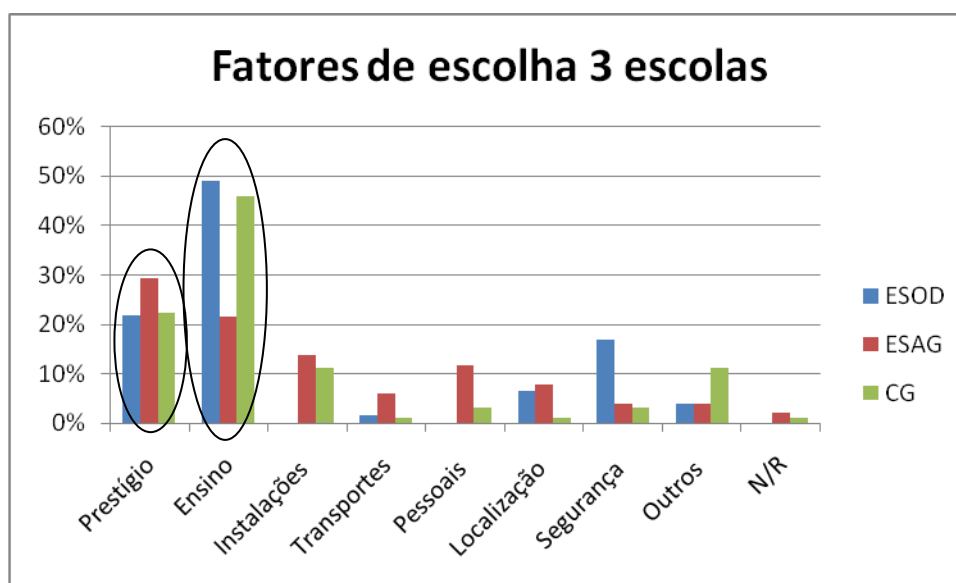


Gráfico 6 – Principais fatores de escolha comuns às 3 escolas

Depois de feita esta análise, que, voltamos a referir, não é mais do que uma simples análise de dados com valor estatístico que permita ter uma ideia daquilo que são as representações de pais e alunos relativamente a fatores que influenciam o processo de escolha da escola, convém que procuremos verificar se encontramos respostas para a nossa questão de partida:

“Por que razão a maioria dos jovens que habita a área de influência da ESOD e que frequentam as escolas básicas do agrupamento, não a escolhe para o seu percurso escolar no secundário?”

Se refletirmos apenas sobre as respostas dadas pelos alunos e seus pais ou encarregados de educação, temos um leque alargado de motivos que levam os alunos a não escolher a escola secundária do AEOD1, mas só verdadeiramente três se podem considerar como os mais importantes; são eles o baixo prestígio da Escola, a qualidade do ensino ministrado e também o estado relativamente degradado das instalações.

O curioso é que, para os alunos e respetivos pais e encarregados de educação, que permaneceram na ESOD, o fator qualidade do ensino ministrado e o prestígio são também os mais importantes quando se trata de fazer escolhas relativamente à escola de prosseguimento de estudos no 10.º ano de escolaridade.

4. CAPÍTULO IV – PLANO DE AÇÃO

4.1. O QUE SE PRETENDE

Depois de feita a análise dos dados recolhidos, determinámos quais os principais motivos / fatores que levam os alunos e pais ou encarregados de educação a escolher uma escola, neste caso o que os leva a não escolher a escola secundária do agrupamento para prosseguimento de estudos no 10.º ano de escolaridade.

Identificados esses motivos / fatores, importa então perceber quais são os que dependem da escola e depois de identificados, o que fazer para tentar “inverter” a situação de saída dos alunos das escolas do agrupamento.

Para Boutinet (1990) “qualquer projeto pressupõe uma visão otimista, pela qual se pensa poder provocar uma mudança em relação a um estado dado das coisas, mudança que não poderia ocorrer sem a ação do seu autor” (p. 258).

O que pretendemos depois da determinação dos motivos atrás referidos é intervir sobre a realidade, no sentido de procurarmos estabelecer uma mudança.

Ainda na perspetiva do mesmo autor, o desenvolvimento de projetos assenta na sequencialização de três etapas, “a análise da situação, esboço de um projeto possível, a estratégia entrevista” (p. 259)

É nesta terceira etapa que encontramos a possibilidade de transformar a situação atual através da definição de um plano de ação centrado em alguns dos aspetos, que como apontámos, dependem da escola.

Os principais motivos / fatores apresentados são então o baixo prestígio da escola, a qualidade de ensino e a qualidade das instalações.

Relativamente à qualidade das instalações, a escola não possui grande capacidade de intervenção, a não ser na realização de pequenas intervenções

que possam diminuir o estado de alguma degradação que se verifica em alguns locais. No entanto, existe a possibilidade de a médio prazo acontecer uma intervenção de requalificação mas que, como depende de disponibilidades orçamentais e de uma decisão dos serviços do MEC através da Direção Geral dos Estabelecimentos de Ensino (DGEstE), não será incluído neste plano de ação.

Já no que respeita ao prestígio da escola e à qualidade de ensino, provavelmente alguma coisa se poderá fazer, importando para já explicitar o que significa cada um deles, uma vez que podem parecer muito próximos no que respeita ao seu significado,

O prestígio, é de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008) o “valor associado às qualidades de algo ou alguém” e resulta quase sempre de uma avaliação feita em função de “importância social; autoridade moral; sedução admirativa por uma pessoa ou instituição” (Infopédia, 2003-2014), estando, portanto, ligado mais a representações elaboradas pelas pessoas, do que propriamente a factos concretos.

Já o conceito de qualidade, ao ser definido como “uma propriedade ou condição natural de uma pessoa ou coisa que a distingue das outras; atributo; característica” (Infopédia, 2003-2014), torna-se algo que ultrapassa esse domínio das representações podendo ser concretizado.

Assim, o plano de ação a desenvolver tem de passar necessariamente pela definição de estratégias que possam dar um contributo para a alteração daqueles dois fatores.

Antes da definição dessas estratégias é necessário fazer um primeiro esforço de seleção relativo ao que é possível fazer, em função das circunstâncias em que a escola desenvolve a sua função, como o podemos fazer, ou seja que ações são passíveis de realizar e que a que recursos deveremos deitar mão no sentido de as concretizarmos.

Podemos definir então um primeiro objetivo relacionado com a melhoria do prestígio da escola.

Neste sentido o que devemos procurar é de que forma(s) poderemos

melhorar as qualidades da escola, em função da reduzida autonomia que ela tem face às orientações emanadas do MEC, o que limita as opções de intervenção.

Essa melhoria passa, quanto a nós, pela afirmação da escola ao nível de uma oferta educativa que apresente cursos que pela sua qualidade contribuam de forma efetiva para o prestígio da escola, mas que, por um lado, não seja concorrencial com as principais escolas públicas e privadas que são procuradas pelos alunos e, por outro, que lhes permita uma formação de qualidade.

Para além da oferta normal enquanto escola pública, sabendo que essa oferta é a que o ministério determina, a escola pode oferecer mais cursos profissionais, em regime de auto financiamento, o que quer dizer que a escola tem de garantir o funcionamento dos cursos sem necessidade de contratação de professores e ou técnicos especializados, nem reforço financeiro para aquisição de materiais e equipamentos específicos para esses cursos. Esta opção resulta do facto de no ano letivo 2013 / 14 ter sido permitido às escolas a abertura de cursos neste regime, inclusivamente no caso da ESOD, ter sido possível abrir o curso de multimédia nesse regime, embora tenha sido posteriormente incluído no financiamento do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH).

Neste caso os cursos a propor serão o de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e de Apoio Psicossocial, por serem cursos que a escola já ofereceu e que tinham bastante procura, mas que foram excluídos da oferta por parte do MEC, podendo voltar a ser oferecidos, desde que em regime de auto financiamento.

Paralelamente, deve manter a oferta dos cursos que nos últimos anos têm tido uma procura regular e financiamento através POPH, os cursos de restauração* em diferentes variantes e de multimédia, procurando neste caso a criação de condições que permitam à escola ser uma referência nestas duas áreas. Isto passa, por um lado, pela continuidade da melhoria dos aspetos logísticos relacionados com o funcionamento destes cursos, seja ao nível das

instalações seja ao nível dos equipamentos, e, por outro lado, pela sua publicitação alargada e pela criação de momentos e formas de visitas às instalações.

Paralelamente, não podemos deixar de considerar que o prestígio também significa “importância ou sucesso; notoriedade” (Infopédia, 2003-2014), pelo que este alargamento de oferta educativa tem também de ser traduzido em sucesso formativo. Na prática os alunos formados na ESOD (enquanto escola secundária do AEOD1) deverão vir a ser reconhecidos social e profissionalmente, através da facilidade com que conseguem aceder ao mercado de trabalho qualificado. Como já foi referido é necessário melhorar instalações de apoio a estes cursos, adquirir mais equipamento e, tão ou mais importante, estruturar o ensino de forma a que a eventual troca de técnicos especializados de ano para ano (no caso dos cursos financiados) mantenha um nível elevado de formação dos alunos.

Aqui, revela-se como muito importante a seleção desses técnicos, que é realizada no início de cada ano letivo, e que deve ser constantemente aperfeiçoada através da utilização de instrumentos de seleção cada vez mais adequados.

Nesta perspetiva, parece-nos importante manter a mostra educativa que todos os anos se realiza e que deve ser objeto de melhoria permanente, com o envolvimento de um conjunto cada vez mais alargado de professores, como está a suceder no presente ano letivo, e que traz à escola secundária todas as turmas do 9.º ano das escolas básicas do agrupamento, às quais é proposto um conjunto de atividades relacionadas com os diferentes cursos que são ministrados na escola.

A este nível, torna-se também fundamental o envolvimento da Associação de Estudantes e da Associação de Pais, algo que não se passa neste momento, porque mais facilmente acederão ao seu público, podendo, portanto ser portadores de propostas efetivas para que este processo de alargamento consistente da oferta educativa se concretize num futuro próximo.

O segundo objetivo será o da melhoria da qualidade de ensino.

Como pode a escola melhorar a qualidade de ensino que ministra?

A qualidade do ensino é algo que depende de um conjunto de atores - professores, alunos, pessoal auxiliar e pais ou encarregados de educação -, de fatores estruturais - adequação e qualidade de instalações e equipamentos -, localização e envolvimento do espaço em que se concretiza o ensino, para além de outros, pelo que não se afigura fácil falar desta questão.

Em concreto existem alguns aspetos que, dentro da pouca margem de liberdade que a escola tem, podem ser implementados, criando condições para que o ensino ministrado e por extensão as aprendizagens dos alunos possam ser mais efetivas e duradouras.

São eles:

- Estabilidade do corpo docente, ao nível da criação e manutenção de equipas pedagógicas que acompanhem as turmas ao longo de um ciclo, apesar de por vezes existirem algumas dificuldades na manutenção destas equipas, por questões de alteração do quadro de docentes, que a cada ano se faz sentir com os professores contratados.
- Afetação de recursos humanos – professores e alunos - para a implementação de apoios mais eficazes aos alunos por um lado com maiores dificuldades, mas também para aqueles que sendo alunos regulares possam querer melhorar as suas aprendizagens. Falamos da criação de salas de disciplina ou salas temáticas ou oficinas, principalmente naquelas áreas em que os alunos têm mais dificuldade, e simultaneamente a captação em regime de voluntariado dos melhores alunos do secundário, em diferentes áreas, para criar um grupo de apoio pedagógico, que funcione na biblioteca da escola em horários a definir, para auxiliar qualquer aluno que necessite de apoio escolar.
- Após a deteção das turmas com maior n.º de alunos com dificuldade, calendarizar reuniões de trabalho mensais dos respetivos conselhos de turma para dar respostas rápidas aos

problemas que o trabalho com os alunos vai colocando.

A operacionalização destas medidas deverá ter um calendário bem definido conforme se apresenta no quadro seguinte.

<i>Medidas</i>	<i>Momentos / Formas de concretização</i>	<i>Calendarização</i>	<i>Responsáveis</i>
Oferta de novos cursos profissionais	Mostra educativa	28 março	Direção, Psicóloga
	Folhetos informativos	março a julho	Turma Curso Multimédia
	Divulgação na Página institucional do AEOD1	março a julho	Responsável PTE
	Outros momentos de divulgação de oferta educativa. Por exº: Mostra Educativa Municipal	maio / junho	Direção
Criação de equipas pedagógicas	Distribuição de serviço	julho	Diretora
Salas de Disciplina, Temáticas ou Oficinas	Elaboração de materiais que respondam às competências definidas nos programas para cada ano de escolaridade.	junho e julho	Departamentos
Grupo de Apoio pedagógico	Captar alunos do atual 11.º ano em regime de voluntariado	maio	Diretores Turma
Reuniões Conselho turma mensais	Distribuição de serviço Elaboração de horários	Junho e julho	Diretora Conselho Diretores de turma Equipa horários

Quadro 9 - Operacionalização do plano de ação.

Depois de definidas as ações a implementar e a sua concretização no tempo, importa também definir de que forma essa concretização se está a fazer, ou seja avaliar a sua aplicação e os resultados que estejam a produzir.

Serão, então dois, os focos de avaliação, um relativo ao processo de implementação em que o que interessa é verificar se está a seguir o rumo normal de implementação e um segundo momento cujo objetivo é o de verificar os resultados que as ações implementadas estão a produzir. Neste, cremos serem necessários dois momentos de avaliação, um a meio do processo, que servirá de avaliação intermédia, e um outro no final do ano letivo, para os quais será preciso conceber um instrumento de registo e avaliação, elaborado por equipa a designar pelo conselho pedagógico.

<i>Medidas</i>	<i>Responsável pela avaliação</i>	<i>Calendário</i>
Oferta de novos cursos profissionais	Direção	Mostra educativa Matrículas
Criação de equipas pedagógicas	Conselho pedagógico	Início ano letivo
Salas de Disciplina, Temáticas ou Oficinas	Coordenadores de departamento; Alunos	Finalde 1.º e 3.º períodos
Grupo de Apoio pedagógico	Coordenador dos diretores turma com participação da associação de estudantes	Final de 1.º e 3.º períodos
Reuniões mensais dos conselhos turma	Conselho pedagógico	Final de 1º e 3º períodos

Quadro 10 – Avaliação das medidas implementadas

BIBLIOGRAFIA

Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa. Universidade Aberta.

Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>.

Antunes, F., Sá, V. (2010). *Famílias, Escolas e Públicos: Argumentos de Escolha e Escola Para Todos*. In *Públicos Escolares e Regulação da Educação. Lutas concorrenciais na arena educativa*. Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão.

Barroso, J. (org.) (2003a). *A Escola Pública. Regulação. Desregulação. Privatização*. Porto. Edições ASA.

Barroso, J. e Viseu, S. (2003b). A emergência de um mercado educativo no planeamento da rede escolar: de uma regulação pela oferta a uma regulação pela procura. *Revista Educação e Sociedade*, (Online) vol.24, nº 92. p.897-921. Retirado de <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev92.htm>.

Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Revista Educação e Sociedade*, (Online) vol.26, n.º 92. p.725-751, especial out. 2005.

Retirado de <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev92.htm>.

Boutinet, J.P. (1990). *Antropologia do Projeto*. Lisboa. Instituto Piaget.

Carmo, H. e Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para Autoaprendizagem*. 2.ª edição. Lisboa. Universidade Aberta.

Carneiro, E. (2006). *“A problemática da decisão: A opção dos pais pela escola privada.”* Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Braga. Portugal.

Cotovio, J. (2009). *“História do ensino privado: 30 anos de luta em prol do ensino livre. Marcos de uma luta em prol da liberdade de ensino”*. Comunicação apresentada no Congresso AEEP09, 8 maio, Lisboa.

Fernandes, C. (2001). *“Estratégias educativas familiares: A escolha da escola pelos pais – um estudo exploratório.”* Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em educação. Instituto da educação. Universidade de Lisboa. Lisboa. Portugal

Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (5ª edição). São Paulo. Editora Atlas, S.A.

Infopédia (2003/2014). Dicionário da Língua Portuguesa (Online)
Retirado de <http://www.infopedia.pt>

Lessard - Herbert, M, Goyette, G, & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa. Instituto Piaget.

Lessard - Hébert, M. (1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa. Instituto Piaget.

Mendonça, A. (s.a.). Evolução da política educativa em Portugal. (Online).
Retirado de
<http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/investigacao/evolucaodapoliticaeducativaemPortugal.pdf>.

Nogueira, M. A. (1998). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. A ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*, (Online) nº 7, pp 42 a 56.

Retirado de <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n07/n07a04.pdf>

OCDE (2001). *Quel avenir pour l'école* (Online)
Retirado de <http://www.oecd.org/fr/education/scolaire/1840081.pdf>

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Coleção Trajetos. Lisboa. Gradiva.

Walberg, H.J. (2010). *Escolha da escola. Descobertas e conclusões*. Vila Nova de Gaia. Fundação Manuel Leão.

Apêndices

Índice de Apêndices

Apêndice 1 – Carta enviada aos Diretores

Apêndice 2 – Questionário pais e encarregados de educação alunos 9º ano

Apêndice 3 - Questionário alunos 9º ano

Apêndice 4 - Questionário pais e encarregados de educação alunos 10º ano

Apêndice 5 - Questionário alunos 10º ano

Apêndice 6 – Quadro exemplo de recolha de respostas à questão aberta

Apêndice 7 –Quadro exemplo de recolha de dados relativo aos motivos ordenados por ordem de importância

Apêndice 1

Ex.mo Sr.
Diretor de ...

O meu nome é Rui Manuel VanZeller da Silva Campos, sou professor do quadro do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Douro nº 1 e na qualidade de mestrando do Mestrado de Administração da Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Porto. Estou a realizar um estudo relacionado com as escolhas dos alunos, na transição do 9.º ano para o 10.º ano da escolaridade, nomeadamente a que se prende com a escolha da escola.

Paralelamente, pretendo determinar as razões que levam a que uma boa parte dos alunos do Agrupamento de que sou professor escolhem outras escolas, que não a Escola Secundária de Oliveira do Douro, para o prosseguimento de estudos no ensino secundário.

Como a escola que dirige é uma das escolas de escolha desses alunos, venho solicitar junto de V. Ex.ª a possibilidade de poder inquirir os alunos em questão através do preenchimento de um questionário.

Para tal, solicito ainda a colaboração na identificação da(s) turma(s) e horário(s) a que os alunos pertencem, no sentido de elaborar um calendário de visitas que me permita a entrega e recolha dos questionários em questão.

Fico a aguardar resposta de V. Ex.ª

Com os melhores cumprimentos,
Oliveira do Douro, 6 de janeiro de 2014

Apêndice 2

Este questionário insere-se num estudo a realizar no âmbito do Mestrado de Administração das Organizações Educativas, de Escola Superior de Educação do Porto, e pretende conhecer as razões que o/a levam a escolher uma escola para matricular o seu filho/a ou educando/a, no 10º ano de escolaridade. Agradecemos que respondesse às questões seguintes, uma vez que a sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho. Todas as respostas são anónimas.

A - Questionário aos Encarregados de Educação

1. Idade _____ anos

2. Sexo:

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Masculino __ Feminino __

3. Freguesia de residência _____

4. Habilitações literárias

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

1º ciclo / 4ª classe

2º ciclo / 6º ano

3º ciclo / 9º ano

Ensino secundário

Ensino superior

S/ habilitações

5. Profissão _____

6. Qual a escola frequentada pelo seu filho/a ou educando/a?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

EB Adriano Correia de Oliveira

EB Anes de Cernache

ES Oliveira do Douro

7. Que tipo de curso o seu filho/a ou educando/a vai escolher para prosseguir os estudos no 10º ano?

Curso Científico Tecnológico

Curso Profissional

Curso Artístico Especializado

8. Em que escola pretende matricular o seu filho/a ou educando/a, para prosseguir os seus estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Escola Secundária de Oliveira do Douro

Escola Secundária Almeida Garrett

Colégio de Gaia

Colégio dos Carvalhos

Escola Secundária António Sérgio

Escola Profissional de Gaia

Outra

Qual? _____

9. Quem toma a decisão de escolha da escola para prosseguir os estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Filho/a ou educando/a

Pais ou encarregados de educação

Decisão conjunta pais e filhos

10. Identifique os motivos que o levam a fazer essa escolha

(Assinale com uma X e por grau de importância, a quadrícula que corresponde à opinião que tem sobre cada uma das opções)

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
Proximidade do local de residência					
Facilidade de transportes					
Não ter escolas mais próximas					
Proximidade do local de trabalho do/s pais					
Proximidade do local de residência de outros familiares					
Qualidade das instalações e equipamentos					
Prestígio da escola					
Oferta formativa					
Direção da escola					
Qualidade do ensino prestado					
Corpo Docente					
Bom ambiente					
Escola com boa vigilância e segurança					
Bom posicionamento nos rankings					
Presença de irmãos e/ou amigos					
Apoio prestado aos alunos					
Proposta de atividades complementares					
Bom ambiente envolvente da escola					

11. Se tem outras razões, indique-as, por favor

12. Se a Escola Secundária de Oliveira do Douro não foi a escolhida, indique as razões em que se baseou a sua decisão

Adaptado de Carneiro (2006)

Apêndice 3

Este questionário insere-se num estudo a realizar no âmbito do Mestrado de Administração das Organizações Educativas, de Escola Superior de Educação do Porto, e pretende conhecer as razões que o/a levam a escolher uma escola para prosseguir os estudos, no 10º ano de escolaridade. Agradecemos que respondesse às questões seguintes, uma vez que a sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho. Todas as respostas são anónimas.

B - Questionário aos Alunos

1. Idade _____ anos

2. Sexo:

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Masculino __ Feminino __

3. Freguesia de residência _____

4. Qual a escola que frequenta?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

EB Adriano Correia de Oliveira

EB Anes de Cernache

ES Oliveira do Douro

5. Que tipo de curso pretende seguir no 10º ano?

Curso Científico Tecnológico

Curso Profissional

Curso Artístico Especializado

6. Que escola pretende escolher para frequentar o 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Escola Secundária de Oliveira do Douro

Escola Secundária Almeida Garrett

Colégio de Gaia

Colégio dos Carvalhos

Escola Secundária António Sérgio

Escola Profissional de Gaia

Outra Qual? _____

7. Quem toma a decisão de escolha da escola para prosseguir os estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Filho/a ou educando/a

Pais ou encarregados de educação

Decisão conjunta pais e filhos

8. Identifique os motivos que o levam a fazer essa escolha

(Assinale com uma X e por grau de importância, a quadrícula que corresponde à opinião que tem sobre cada uma das opções)

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
Proximidade do local de residência					
Facilidade de transportes					
Não ter escolas mais próximas					
Proximidade do local de trabalho do/s pais					
Proximidade do local de residência de outros familiares					
Qualidade das instalações e equipamentos					
Prestígio da escola					
Oferta formativa					
Direção da escola					
Qualidade do ensino prestado					
Professores					
Bom ambiente					
Escola com boa vigilância e segurança					
Bom posicionamento nos rankings					
Presença de irmãos e/ou amigos					
Apoio prestado aos alunos					
Proposta de atividades complementares					
Bom ambiente envolvente da escola					

9. Se tem outras razões, indique-as, por favor

10. Se a Escola Secundária de Oliveira do Douro não foi a escolhida, indique as razões em que se baseou a sua decisão

Adaptado de Carneiro (2006)

Apêndice 4

Este questionário insere-se num estudo a realizar no âmbito do Mestrado de Administração das Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Porto, e pretende conhecer as razões que o/a levaram a escolher uma escola para matricular o seu filho/a ou educando/a, no 10º ano de escolaridade. Agradecemos que respondesse às questões seguintes, uma vez que a sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho. Todas as respostas são anónimas.

C - Questionário aos Encarregados de Educação

1. Idade _____ anos

2. Sexo:

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Masculino ___ Feminino ___

3. Freguesia de residência _____

4. Habilitações literárias

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

1º ciclo / 4ª classe

2º ciclo / 6º ano

3º ciclo / 9º ano

Ensino secundário

Ensino superior

s/ habilitações

5. Profissão _____

6. Que escola frequentou o seu filho/a ou educando/a no 9º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

EB Adriano Correia de Oliveira

EB Anes de Cernache

ES Oliveira do Douro

Outra

Qual? _____

7. Que tipo de curso o seu filho/a ou educando/a escolheu para prosseguir os estudos no 10º ano?

Curso Científico Tecnológico

Curso Profissional

Curso Artístico Especializado

8. Em que escola matriculou o seu filho/a educando/a, para continuar os seus estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Escola Secundária de Oliveira do Douro

Escola Secundária Almeida Garrett

Colégio de Gaia

Colégio dos Carvalhos

Escola Secundária António Sérgio

Escola Profissional de Gaia

Outra

Qual? _____

9. Quem tomou a decisão de escolha da escola para prosseguir os estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

- Filho/a ou educando/a
- Pais ou encarregados de educação
- Decisão conjunta pais e filhos

10. Identifique os motivos que o levaram a fazer essa escolha

(Assinale com uma X e por grau de importância, a quadrícula que corresponde à opinião que tem sobre cada uma das opções)

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
Proximidade do local de residência					
Facilidade de transportes					
Não ter escolas mais próximas					
Proximidade do local de trabalho do/s pais					
Proximidade do local de residência de outros familiares					
Qualidade das instalações e equipamentos					
Prestígio da escola					
Oferta formativa					
Direção da escola					
Qualidade do ensino prestado					
Corpo Docente					
Bom ambiente					
Escola com boa vigilância e segurança					
Bom posicionamento nos rankings					
Presença de irmãos e/ou amigos					
Apoio prestado aos alunos					
Proposta de atividades complementares					
Bom ambiente envolvente da escola					

11. Se tem outras razões, indique-as, por favor

12. Se a Escola Secundária de Oliveira do Douro não foi a escolhida, indique as razões em que se baseou a sua decisão

Adaptado de Carneiro (2006)

Apêndice 5

Este questionário insere-se num estudo a realizar no âmbito do Mestrado de Administração das Organizações Educativas, de Escola Superior de Educação do Porto, e pretende conhecer as razões que o/a levam a escolher uma escola para prosseguir os estudos, no 10º ano de escolaridade. Agradecemos que respondesse às questões seguintes, uma vez que a sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho. Todas as respostas são anónimas.

D - Questionário aos Alunos

1. Idade _____ anos

2. Sexo:

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Masculino __ Feminino __

3. Freguesia de residência _____

4. Qual a escola que frequentou no 9º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

EB Adriano Correia de Oliveira

EB Anes de Cernache

ES Oliveira do Douro

Outra

Qual? _____

5. Que tipo de curso escolheu para prosseguir estudos no 10º ano?

Curso Científico Tecnológico

Curso Profissional

Curso Artístico Especializado

6. Que escola escolheu para frequentar o 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Escola Secundária de Oliveira do Douro

Escola Secundária Almeida Garrett

Colégio de Gaia

Colégio dos Carvalhos

Escola Secundária António Sérgio

Escola Profissional de Gaia

Outra

Qual? _____

7. Quem tomou a decisão de escolha da escola para prosseguir os estudos no 10º ano?

(assinale com uma X a situação que corresponde ao seu caso)

Filho/a ou educando/a

Pais ou encarregados de educação

Decisão conjunta pais e filhos

8. Identifique os motivos que o levaram a fazer essa escolha

(Assinale com uma X e por grau de importância, a quadrícula que corresponde à opinião que tem sobre cada uma das opções)

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
Proximidade do local de residência					
Facilidade de transportes					
Não ter escolas mais próximas					
Proximidade do local de trabalho do/s pais					
Proximidade do local de residência de outros familiares					
Qualidade das instalações e equipamentos					
Prestígio da escola					
Oferta formativa					
Direção da escola					
Qualidade do ensino prestado					
Professores					
Bom ambiente					
Escola com boa vigilância e segurança					
Bom posicionamento nos rankings					
Presença de irmãos e/ou amigos					
Apoio prestado aos alunos					
Proposta de atividades complementares					
Bom ambiente envolvente da escola					

9. Se tem outras razões, indique-as, por favor

10. Se a Escola Secundária de Oliveira do Douro não foi a escolhida, indique as razões em que se baseou a sua decisão

Adaptado de Carneiro (1996)

Apêndice 6

Total Agrupamento

	Alunos		Pais	
Prestígio	27	27%	12	22%
Ensino	19	19%	12	22%
Instalações	15	15%	6	11%
Transportes	4	4%	3	5%
Pessoais	15	15%	4	7%
Localização	5	5%	6	11%
Segurança	6	6%	0	0%
Outros	2	2%	6	11%
N/R	7	7%	6	11%
	100		55	

Apêndice 7

PAIS 9º ANO																					
	Proxim	Transp	Escolas	Trab pais	Res fam	Inst	Prest esc	Of form	Direção	Q ensino	Docent	Amb	Segur.	Ranking	Irmãos	Apoio	Ativid.	Amb. Env			
ACO		%																			
1	1	5%	0	0%	5	28%	4	21%	4	21%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
2	2	11%	1	5%	6	33%	6	32%	6	32%	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	3	16%	
3	7	37%	4	21%	6	33%	5	26%	6	32%	3	16%	1	5%	2	11%	1	5%	1	5%	
4	6	32%	10	53%	0	0%	3	16%	2	11%	10	53%	12	63%	8	42%	11	58%	8	42%	
5	3	16%	4	21%	1	6%	1	5%	1	5%	6	32%	5	26%	9	47%	6	32%	10	53%	
	19	19	18	19	19	19	19	19	19	19	19	19	18	19	19	19	19	19	19		
ESOD																					
1	1	5%	1	5%	4	21%	4	21%	4	21%	1	5%	1	5%	0	0%	1	5%	0	0%	
2	3	15%	3	16%	5	26%	5	26%	5	26%	1	5%	1	5%	0	0%	1	5%	0	0%	
3	3	15%	1	5%	5	26%	6	32%	6	32%	3	16%	5	26%	3	15%	2	11%	4	21%	
4	9	45%	9	47%	4	21%	1	5%	2	11%	10	53%	6	32%	9	45%	10	53%	6	32%	
5	4	20%	5	26%	1	5%	3	16%	2	11%	4	21%	6	32%	8	40%	4	21%	9	47%	
	20	19	19	19	19	19	19	20	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19		
AC																					
1	0	0%	0	0%	8	62%	4	33%	6	43%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
2	2	17%	1	8%	2	15%	3	25%	4	29%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	
3	2	17%	1	8%	2	15%	1	8%	2	14%	0	0%	1	7%	1	7%	1	8%	1	8%	
4	6	50%	8	62%	1	8%	1	8%	2	14%	5	36%	3	21%	3	21%	6	46%	2	15%	
5	2	17%	3	23%	0	0%	3	25%	0	0%	9	64%	10	71%	10	71%	6	46%	10	71%	
	12	13	13	12	14	14	14	14	14	13	13	12	14	14	13	13	13	13	14		